



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 083

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	Capa
TAQUIGRAFIA	1506
ASSESSORIA DA MESA	1531
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1544

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE PRORROGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2015/PPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 00002660/2015-99

A **Superintendência de Compras e Licitações – SCL**, através de seu Pregoeiro, torna público que a sessão pública de abertura do pregão supracitado, cujo objeto **Registro de Preços para futura e eventual CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HOMENAGEM E OUTROS PRODUTOS**, anteriormente marcada para o dia **01 de junho de 2015**, às 09h00min, fica prorrogada para o dia **03 de junho de 2015**, no mesmo horário e local, em face do Edital não ter sido disponibilizado em tempo hábil nos sites: www.licitacoes-e.com.br e www.ale.ro.com.br

Porto Velho/RO, 21 de maio de 2015.

Everton José dos Santos Filho

Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200155998

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **LUIZINHO GOEBEL**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

TAQUIGRAFIA

ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

(Em 12 de maio de 2015)

Presidência dos Srs.
EDSON MARTINS - Vice-Presidente
LUIZINHO GOEBEL - Deputado
JESUÍNO BOABAID - Deputado
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente
LAERTE GOMES - Deputado

Secretariado pelos Srs.
EZEQUIEL JÚNIOR - Deputado
ROSÂNGELA DONADON - 4ª Secretária

(Às 15 horas e 20 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Lúcia Tereza (PP).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense,

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

declaro aberta a 21ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do expediente recebido.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR (Secretário) – Procede à leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 082/2015 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar que “Altera a redação dos §§ 2º e 7º do artigo 6º e do Parágrafo único do artigo 16 da Lei Complementar nº 622, de 11 de julho de 2011, e dá outras providências”.

02 – Mensagem nº 083/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro, até o montante de R\$ 6.444.500,00, em favor da Unidade Orçamentária Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON”.

03 – Ofício nº 69/2015 – SESAUI, encaminhando resposta ao Requerimento nº 073/15, de autoria do Senhor Deputado Laerte Gomes.

04 – Ofício nº 773/2015 – SEFIN, encaminhando resposta ao Requerimento nº 057/15, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

05 – Ofício nº 1087/2015 – Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, encaminhando resposta ao Requerimento nº 031/15, de autoria do Senhor Laerte Gomes.

06 – Ofício nº 291/2015 – Tribunal de Justiça, comunicando que julgou inconstitucional a Lei nº 2.541, de 2011, objeto da ADIN nº 0000178-38.2015.8.22.0000.

07 – Ofício nº 295/2015 – Tribunal de Justiça, comunicando que julgou inconstitucional a Lei nº 794, de 1998, objeto da ADIN nº 0000631-33.2015.8.22.0000.

08 – Ofício nº 754/2015 – Ministério Público do Estado, encaminhando o ofício nº 1186/2015-PJ/JA, subscrito pelo Promotor de Justiça Roosevelt Queiroz Costa Júnior.

09 – Ofício nº 027/2015 – Senhor Deputado Federal Expedito Netto, solicitando o Plenário da ALE, ou, o teatro estadual Palácio das Artes para a realização de Audiência Pública para debater sobre o sistema elétrico de Rondônia, no dia 29 de maio deste ano.

10 – Ofício nº 188/2015 – SETUR, parabenizando pela mídia de divulgação que está sendo veiculada na televisão atualmente com o título “*Bata palma e vem para Rondônia, não importa de onde você veio*”.

11 – Ofício Circular nº 0056/2015 – Confederação Nacional de Municípios, convidando para a XVIII Marcha a Brasília em defesa dos Municípios.

12 – Ofício Circular nº 002/2015 – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Maria dos Anjos, solicitando informações acerca da efetividade da instalação do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

13 – Ofício nº 920/2015 – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando relatórios da Comissão Parlamentar de Inquérito que teve a finalidade de “investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo nos chamados ‘trotos’, festas e no seu cotidiano acadêmico”.

14 – Ofício nº 261/2015 – Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, reiterando convites anteriores no sentido da mobilização do Conselho de Presidentes de Assembleia Legislativas para realização de debates no âmbito dos legislativos estaduais.

15 – Ofício nº 0810/2015 – CAIXA, notificando sobre crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, que tem por objeto “Ampliação do SAA da sede Municipal, adução, rede de ligações intradomiciliares macro medidores e setorização condicionante”.

16 – Ofício nº 0781/2015 – CAIXA, notificando sobre crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, que tem por objeto “Construção do Hospital Regional de Guajará-Mirim”.

17 – Requerimento do Senhor André Luiz de Oliveira Brum, solicitando cópia integral, com certidão de vigência, da Lei nº 1.067/2002, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Secretaria de Estado da Saúde.

18 – Requerimento do Senhor Deputado Edson Martins, justificando ausência na sessão do dia 06 de maio de 2015.

19 – Comunicado nº AL084990/2015 - do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lido o expediente recebido, passamos agora às Breves Comunicações.

Com a palavra, pelo prazo de cinco minutos, sem apartes, o ilustre Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON – Boa tarde a todos os nobres Parlamentares, aos funcionários desta Casa e a todos aqui presentes.

Venho neste dia hoje 12 de maio fazer uma homenagem aqui a alguns profissionais que trabalham já na área de saúde dedicando os seus serviços, para ajudar várias pessoas que se encontram enfermas. Que é hoje 12 de maio é o Dia do Enfermeiro, no qual vem dando assistência a várias pessoas, aos enfermos às vezes até sem condições de trabalho, sem condições físicas para atender adequadamente aqueles pacientes. E que se dedicam a cada dia e com amor e dedicação para ajudar ao próximo, e isso nós vemos a cada dia que se passa com os resultados que têm os doentes.

Hoje eu recebi do Ministério Público do Estado de Rondônia, não sei se os nobres Parlamentares já receberam também, mas foi um ofício do Promotor de Justiça Roosevelt Queiroz Costa Júnior, da Comarca de Jaru, onde nos traz uma carta recomendatória que já foi enviada também ao Governo do Estado de Rondônia, na qual nos pede para os nobres Parlamentares desta Casa tomarem alguma providência junto ao Governo do Estado para que sejam contratados mais policiais militares devido a que naquela região de Jaru existe um incremento da violência pública, impossibilitando o número reduzido de policias de realizar o patrulhamento ostensivo e preventivo nos bairros e zonas rurais. Impossibilitando de atender ocorrências com crime em flagrante delito porque colocaria em risco a integridade dos próprios policiais. Não sendo recomendada a sua intervenção pelo Comando da Polícia Militar, diante do diminuto quadro policial. Então, nesta Casa nós já estamos vindo aqui, falando, reclamando sobre várias, o aumento da criminalidade no Estado e o número pequeno de policiais militares. Então, a Promotoria, através de reclamações dos populares mesmos e dos comerciantes daquela localidade foram buscar o Ministério Público e o Ministério Público nos mandou aqui uma carta recomendatória para que possamos intervir junto ao Governo do Estado, na qual eles colocam aqui: *“Resolve expedir a presente notificação recomendatória com o fim de recomendar ao Estado de Rondônia, por meio do Governador Confúcio Aires Moura, para tomar as seguintes medidas: proceder à imediata lotação de, no mínimo, 342 policiais militares na 1ª Companhia Independente de Policiamento Ostensivo de Jaru. Proceder à lotação também de 19 policiais em Theobroma; 25 policiais em Governador Jorge Teixeira, 19 policiais em Tarilândia e 19 policiais em Colina Verde. E pede um prazo de 30 dias para que possamos dar uma resposta.*

Então, vamos, eu vou encaminhar esta carta recomendatória também à Comissão de Segurança Pública; e junto com o Deputado Leo Moraes e Deputado Jesuíno, que são os frequentadores assíduos dessa Comissão, vamos buscar uma reunião junto ao Governo do Estado para tentarmos dar uma resposta também à Promotoria e à população daquela região.

No mais, é o que tinha aqui que explanar hoje e mandar o meu grande abraço também a todos os enfermeiros e

enfermeiras e profissionais da área de saúde neste dia que é o dia dos enfermeiros. Professora e Deputada Lúcia Tereza, que a senhora sabe o trabalho árduo que eles têm, todos eles no nosso Estado e que realizam um grande trabalho.

Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra ao Deputado Airton Gurgacz, por cinco minutos, sem apartes.

O SR. AIRTON GURGACZ - Boa tarde a todos, quero cumprimentar aqui o nosso Presidente Edson Martins e todos os outros Deputados, nossas Deputadas aqui presentes, as pessoas aqui da plateia. Eu quero hoje comentar sobre o lançamento ontem em Ji-Paraná do evento do lançamento da 4ª *Rondônia Rural Show*, aonde com certeza será o maior evento de agronegócio da região Norte. Aonde nós, Ji-Paraná vai sediar pela quarta vez este evento por se tratar de uma cidade central, bem localizada e onde fica mais fácil a logística, para que todas as pessoas do Estado possam se deslocar. Temos também o Governo do Estado fornecendo transportes, 52 municípios, o Governo vai arrumar um ônibus para cada município e também temos notícia que cada Prefeitura vai arrumar mais dois ou três ônibus para que as pessoas possam se deslocar lá. Então, essa feira tem como objetivo oferecer ao pequeno e ao médio produtor rural linha de crédito através do Banco da Amazônia, do Banco do Brasil, Caixa Econômica, Cooperativas de Crédito, também teremos este ano a participação do Santander, do Banco Itaú, do Bradesco, do HSBC e do Bamerindus, que também irão financiar para os pequenos, médios e grandes agricultores.

Então, é um evento assim que vai movimentar mais de cento e cinquenta mil produtores rurais e principalmente, Deputado Lazineho, é para atingir o pequeno agricultor, a renda da pequena família. Então, terá lá até cinquenta mil, o Governo do Estado vai ter aquela carência de três anos para começar a pagar e juros zero, e acima disso os juros serão maiores. Nós teremos mais de trezentos expositores na nossa feira e é uma feira altamente tecnológica, para que a gente possa melhorar a nossa produção agrícola do nosso Estado. A gente já vem tendo um crescimento dentro dessa primeira que foi, a gente sempre tem que enaltecer a 1ª *Rondônia Rural Show* que foi feita pelo nosso querido Deputado Anselmo de Jesus, que foi em Cascavel com o Governador Confúcio Moura, trouxe essa ideia, depois disso ele teve que assumir como Deputado federal por dois anos e acabou ficando o nosso coordenador, é o Evandro Padovani, Secretário da Agricultura. Então, lá nós teremos carretas para serem vendidas, colheitadeiras, pulverizadores, tratores de esteira; vamos ter veículos, vamos ter animais, todo o tipo de material para que a gente possa melhorar a nossa agricultura que vem crescendo muito em termos de qualidade, de quantidade aqui no nosso Estado de Rondônia. Nós temos certeza que daqui a dez, quinze anos, o nosso Estado será um Estado muito forte com a nossa agricultura, já está num caminho em ascensão. E nós teremos certeza com esse envolvimento do Governo do Estado, das Prefeituras, das Câmaras de Vereadores, da nossa Casa aqui junto, nós faremos um grande trabalho para que a nossa agricultura, como ela já

vem crescendo bastante, agora o Governo fornecendo calcário também para melhorar o nosso solo, calcário que vem lá da sua terra, Deputada Lúcia Tereza, e a gente vai melhorar muito a nossa agricultura, sem precisar derrubar muito mato, a gente cuidando assim do nosso meio ambiente.

Então, Ji-Paraná, hoje, ela está uma cidade central, numa área logisticamente bem comportada para que possa atender essa situação. Então, ontem, nós estivemos lá, tinha mais de quinhentas pessoas, viu, Deputado Lazineiro, agricultores, pecuaristas e empresários, pessoas que vão participar; expositores, a sociedade inteira de Ji-Paraná, principalmente na área de agricultura estavam presentes.

Então, foi um grande lançamento, teremos certeza que será, já é a 9ª maior feira de tecnologia do país e a maior da nossa região Norte. Nós, no dia 28, inclusive estaremos lá como uma Sessão Itinerante da Assembleia Legislativa, no dia 28, a abertura será dia 27 e está sendo feito um grande trabalho, viu, Deputada Lúcia Tereza, os senhores vão ver o que é tecnologia, como vai melhorar a nossa agricultura deste Estado.

Então é esse o nosso comunicado hoje, dizer da alegria de ter podido participar ontem e teremos, com certeza, um grande evento que vai orgulhar muito a nós todos rondonienses que aqui moramos. Então, a todos vocês muito obrigado pela comunicação e aparte.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Ailton Gurgacz, pelas suas palavras.

O SR. CLEITON ROQUE – Sr. Presidente, Questão de Ordem.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Cleiton Roque, para questão de ordem.

O SR. CLEITON ROQUE – Antes de V.Exª franquear a palavra ao próximo orador, só registrar a presença aqui do chefe de gabinete do nosso vice-Governador, o Ricardo Fávaro, aqui presente acompanhando a Sessão, e meus companheiros lá de Pimenta Bueno, o Celso e o Sérgio são meus assessores, e o Clodoaldo, Presidente do PSB de Brasilândia, que tem feito um grande trabalho naquele município. E registrar a presença também do Rodnei Paes, o Superintendente da SECEL – Superintendência de Esportes, Cultura e Lazer de Rondônia, que tem nos prestigiado sempre aqui nas Sessões nossas, aqui e também está desenvolvendo um excelente trabalho a frente da Superintendência.

Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Cleiton Roque, obrigado pelas presenças, o nosso companheiro Superintendente Rodnei.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Concedo questão de ordem ao nobre Deputado Ezequiel.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Presidente, registrar também a presença aqui fazendo cobertura dos trabalhos nesta Sessão Ordinária aqui do site www.anoticiamais.com.br, lá do município

de Jarú, sua equipe está aqui presente. Sejam bem-vindos. Registrar a presença também e agradecer o Secretário da SECEL, Rodnei Paes, que esteve em Machadinho D'Oeste na semana passada, onde pôde visitar uma área onde será construído um centro de esporte e lazer para o povo de Machadinho D'Oeste; também agradecer a presença aqui do ex-Vereador e ex-presidente da Câmara de Machadinho D'Oeste, empresário Amauri Vale, também que está conosco nesta tarde.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Ezequiel. Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra, por 5 minutos, sem apartes, ao nobre Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui presentes, público presente, para nós é um prazer mais uma vez estar nesta tribuna hoje para falar de vários assuntos importantes no pequeno expediente hoje.

Quero também dizer que o Deputado Neidson falou do ofício que nós recebemos do Comandante da Polícia lá de Jarú. Quero parabenizar o Ministério Público lá de Jarú por estar preocupado com a situação da segurança de Jarú, mas eu venho aqui complementar que pela escala que ele fez aqui, pelo demonstrativo da necessidade de Jarú, que seriam 342 policiais, só Jarú, Jorge Teixeira, Theobroma, Distrito de Tarilândia, Distrito de Colina Verde, queremos dizer que Ariquemes e os municípios da região de Ariquemes, do Vale do Jamari, pelo levantamento, estão numa situação muito pior do que outras regiões do Estado de Rondônia.

Então, por aqui a gente pode ver quanto que é a necessidade de policiais, de quantos precisa hoje para fazer o mínimo de segurança. Deputada Lúcia Tereza, eu sei que lá em Espigão D'Oeste também está defasado e também Ariquemes. Ariquemes, hoje, Cujubim, Alto Paraíso, Cacaúlândia, Monte Negro, Campo Novo, a maioria tem oito, nove, sete policiais, muitos de férias, outros de licença. Então, quero parabenizar a iniciativa do Promotor, notificou o Governador, notificou todos os Deputados para que a gente levante esse assunto, para que a gente consiga discutir para tentar pelo menos mediar, para melhorar um pouco essa situação de segurança pública do Estado de Rondônia.

E também eu quero dizer que Ariquemes chegou a ter onze Delegados; hoje tem três, tinha cinco, um não aguentou a pressão e pegou uma licença médica e o outro está de férias, hoje tem três Delegados. E eu fui pressionar porque emprestaram um de Ariquemes, que foi para Cacoal, e fui ver e diz que Cacoal só tinha um. Então, é caótica a situação também de Delegados e nós precisamos urgentemente rever essa situação.

Em Ariquemes está tendo essa Operação, em Cujubim, e o Delegado está indo de manhã e voltando a Ariquemes, mesmo com esses três está cuidando de nove municípios da região, é impossível fazer esse trabalho. Então, queremos que o Governo do Estado, junto com o Secretário de Segurança, junto com o Comandante da Polícia Militar e também o Pedro que é o representante da Polícia Civil, sentem e vejam o que é possível fazer para melhorar a questão de segurança.

Tem também, quero aproveitar esse expediente para parabenizar o Governo de Estado, o Secretário de Fazenda que mais uma vez prorrogou o prazo da isenção do peixe, foi uma solicitação nossa que fizemos uma indicação, já foi prorrogado três vezes, já foi aprovado no CONFAZ. Eu gostaria que fosse uma decisão já definitiva, já que toda a região Norte é isenta, Rondônia não era isenta, então já há três anos nós vínhamos pedindo ao Governador e agora, mais uma vez, então até o final do ano o CONFAZ já autorizou para prorrogar, porque seria agora o dia 5 de maio o prazo para a isenção. Então, fizemos a indicação, recebemos a resposta já que foi prorrogado até o final do ano.

Então, é uma maneira de incentivar a piscicultura, é uma maneira de cada vez mais empregar gente no campo, que hoje nós sabemos que inclusive nós tínhamos pedido que fosse incluído nessa lei agora que derivados de peixe também fossem incluídos, mas como já foi prolongado e não foi alterada a lei, talvez não seja possível, mas eu já falei com o Secretário de Fazenda para ver a possibilidade de fazer alguma portaria para que seja melhor atendido, inclusive para poder incentivar mais ainda a industrialização do peixe aqui no Estado de Rondônia. Quando nós estamos cobrando ICMS dos derivados de peixe, nós estamos andando contra a maré, nós estamos provocando para que o peixe saia *in natura* e não industrializado. Então, eu acho que nós temos que ver o caminho. Já falei com o Secretário de Fazenda para que isso aconteça o mais rápido possível, incentivando isso a industrialização do peixe do Estado de Rondônia.

Então, parabenizar o Governador por ele ter autorizado. Parabenizar o Secretário Wagner também que reconheceu a necessidade e prolongou mais uma vez essa isenção do ICMS do peixe. Essas são as minhas palavras neste Pequeno Expediente.

Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino Follador. Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra, por cinco minutos, sem apartes, ao nobre Deputado e grande líder do município de Machadinho D'Oeste, Deputado Ezequiel Júnior.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Senhor Presidente, senhores Deputados, senhoras Deputadas, quero aqui cumprimentar a imprensa, os servidores desta Casa, a nossa seleta plateia. E, Deputado Adelino, na realidade, eu gostaria de estar fazendo um aparte ao tema abordado do Deputado Adelino Follador aqui na tribuna, quando falava da questão da Segurança, da dificuldade do efetivo das Polícias aí na região do Vale do Jamari, Jaru, Machadinho D'Oeste. E dizer que a situação hoje que a Polícia Civil está passando, Deputado Saulo, lá no município de Machadinho D'Oeste, é muito preocupante.

O Município conta hoje com dois Delegados, tem um Delegado e uma Delegada para o atendimento de 1.500 inquéritos. São dois Agentes apenas no SEVIC, dois Agentes apenas para fazer toda investigação, Deputado Adelino, dois Agentes no SEVIC; dois escrivães; 1.500 inquéritos. Dão conta? Não dão. É a segurança do faz-de-conta, hoje, que infelizmente nós estamos observando lá no Município de Machadinho D'Oeste. Se um escrivão adoecer a Delegacia para. A viatura

que chegou ano passado lá para o Município, para a Polícia Civil, para a Polícia Militar, que foi feita inclusive de Emenda Parlamentar do Deputado Neodi, por questões burocráticas, que já foi informado o problema, acredito que não só por mim, mas por outros Parlamentares da região, a viatura, Deputado Saulo, continua parada por falta de revisão, por questões burocráticas, era emenda, patrimônio da Secretaria de Segurança, e o problema, infelizmente, não foi solucionado até agora e quem está pagando com isso é a população que sofre com a insegurança do Município de Machadinho D'Oeste.

Então, eu quero, mais uma vez, aqui pedir a sensibilidade do Governo, a sensibilidade do Secretário de Estado da Segurança Pública, que olhe com carinho as dificuldades, o sofrimento da Polícia Civil hoje no Município de Machadinho D'Oeste. Eu volto a repetir aqui os números: são 1.500 inquéritos, você chega à sala do Delegado, é só papel, vá ao Ministério Público para você ver a situação. Dois agentes no SEVIC e apenas 02 Policiais e 01 viatura semi nova, Deputado Ribamar, parada por falta de revisão que custa em torno de R\$ 600,00.

Então, são problemas que não tem como o Governo, a Secretaria de Segurança Pública explicar porque está persistindo um problema de R\$ 600,00 por tanto tempo, enquanto a população, Deputado Edson, continua lá, sofrendo. Só não sofre mais a população de Machadinho e região nas mãos de bandidos porque nós temos bravos policiais, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar. Então, eu quero mais uma vez pedir a sensibilidade e a ajuda do Governo para a Polícia Civil do Município de Machadinho D'Oeste; estão sendo guerreiros, heróis diante de tantas dificuldades para desempenhar a sua função.

Era o que eu tinha para o dia de hoje, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Ezequiel Júnior. Suas palavras realmente são um discurso importante sobre Segurança Pública aqui, hoje, é um tema realmente discutido, é o anseio da população do Estado de Rondônia, é o clamor. Na semana passada, se eu não me engano, na quarta-feira, Deputado Ezequiel, lá em Urupá, um assalto na casa de um empresário onde saiu uma pessoa da casa baleada e também o assaltante, a pessoa que entrou na casa também na luta com as pessoas saiu também ferido, levou dois tiros, e graças a Deus que nós realmente passamos momentos de muita dificuldade, sufoco em Urupá. E a tensão no Município, preocupado até com a pessoa que saiu muito mal para Porto Velho. Foi uma cirurgia imediata no hospital de Ji-Paraná, ontem foi feita uma segunda cirurgia no Reobe, que é um rapaz querido lá do Município de Urupá, nosso amigo, graças a Deus que tivemos a notícia hoje de que ele já está bem recuperado, está quase fora de perigo, reagiu muito bem a essa segunda cirurgia, mas realmente foi um momento muito difícil que nós passamos no Município de Urupá, e não é diferente no Estado de Rondônia em todos os Municípios. E nós tivemos, Deputado Ezequiel, lá no Município de Urupá, há dois anos, também tivemos uma queda de braço com a Secretaria de Segurança para que não fosse fechada a Delegacia lá do Município. Graças a Deus, conseguimos manter a Delegacia lá em Urupá aberta. Esses dias, novamente, eu ouvi uns comentários da possibilidade de fechar a Delegacia de Urupá, porque diz que é um Município tranquilo. Como

tranquilo, quando a população vive apavorada em alguns momentos de situação semelhante a da semana passada, com muitos assaltos, realmente algumas violências lá no Município. Nós não podemos regredir, nós temos realmente que ter avanços e com certeza esperamos que o Governador do Estado olhe bem para a Segurança Pública do nosso Estado e dê condições aos Municípios para trazer a Segurança para que a população possa ter paz no Município.

Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra à nobre, nossa querida Deputada Lúcia Tereza, por cinco minutos, sem apartes.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Senhor Presidente, senhores Deputados, plateia aqui, pessoas de todo o nosso Estado de Rondônia, sejam bem-vindos.

Gostaria, Presidente, de ser bem breve, mas tem quatro ou cinco assuntos que são pontuais. O primeiro, eu vou pedir mais uma vez à Presidência desta Casa que tire esses vidros, porque senão a gente vai ser deselegante, porque fica incoerente aquilo que a gente faz durante a campanha, se compromete e depois eu estou me sentindo mal. Eu gostaria que esta Casa, a Presidência e a Mesa Diretora tomassem as devidas providências para retirar esse muro que separou o povo dos representantes do povo. Gostaria de ser bem breve porque o nosso querido Deputado, o Doutor já falou sobre os assuntos que eu iria falar, que é sobre os parabéns, muito obrigado a todos os Enfermeiros, e também sobre o Promotor de Justiça de Jarú, endossado pelo Dr. Roosevelt e pelo Dr. Héverton.

Mas gostaria de estender a todo o Estado de Rondônia. Quando eu venho a esta tribuna falar que nós precisamos, o senhor Governador precisa urgentemente contratar PM e Polícia Civil, a gente não está brincando, a gente não está querendo só falar. Não precisaria nunca um Promotor vir dizer a nós que nós precisamos cobrar, porque a obrigação nossa é cobrar, dialogar para que isso acontecesse. Olha bem, um Promotor tem que tomar essa iniciativa. Eu me sinto assim até relapsa, mas eu sozinha a gente não faz nada, por isso eu conclamo aos companheiros, aos amigos, viu, Deputado Hermínio Coelho, para que possamos cobrar e fazer acontecer a contratação de PMs e da Polícia Civil.

Nessa mesma oportunidade, elogiar a Polícia Civil que mesmo com todas as dificuldades tem feito um trabalho de investigação e recuperação de máquinas pesadas, inclusive caminhões, PC caminhões, desde Vilhena, eu quero dizer ao Deputado Luizinho e à Deputada Rosângela Donadon, que não se encontra, mas estamos somando com eles, são roubadas no Espigão, em Vilhena, em outras localidades de Ji-Paraná até Vilhena, PC, máquinas pesadas e caminhões. Na pessoa do Dr. Alessandro, que eu não conheço, um Delegado, com todo o esforço de toda equipe, já recuperaram, eu tive a notícia que ontem já estão trazendo, que vai parar no Acre, o Acre é que compra essas máquinas pesadas roubadas aqui de Rondônia, está sendo recambiado todo esse maquinário para Rondônia.

Por isso, eu gostaria de elogiar e dizer aos nobres Deputados, especificamente para o meu amigo e nobre, sério Deputado Ribamar, eu estou atenta e eu gostaria que Vossa Excelência lembrasse que hoje já é dia 12, dia 18 ficou acordado que o senhor Governador mandaria o realinhamento salarial dos servidores da Polícia Civil. Vamos estar atentos e vamos

cobrar só para ser cumprido o trato que fez junto conosco e com a categoria toda.

Dizer também, gente, que me pegou de surpresa uma resolução da Justiça, principalmente do Corregedor da Justiça, em suspender a destinação de verbas de valores oriundos das penas pecuniárias até o Tribunal de Justiça ver o que vai fazer. Eu estou falando disso porque eu tenho certeza que em todos os municípios dos senhores Deputados, da senhora Deputada, tem muitas ações, muitos programas sociais que são feitos com esse dinheiro, e eu digo sempre, em Espigão D'Oeste mais de mil crianças e adolescentes são servidos com programas sociais de grande relevância com esse dinheiro. Espero que a Justiça formate o convênio, formate essa verba e que não deixe de encaminhar a programas sociais sérios.

Eu falo aqui, Srs. Deputados, Deputado Ribamar, que eles deveriam ganhar o “*prêmio Innovare*”, porque é de grande alcance, tem coisas, por exemplo, que acontecem no meu município que é um programa, é um projeto social que sobrevive desse dinheiro dessas penas, é único, eu não vi ainda em nenhum lugar ter um projeto daquele porte, daquela envergadura e do tamanho da abrangência social, por isso eu venho aqui pedir que se tome, a Justiça tome as providências regularmente para que volte, que essa suspensão dessas verbas sejam assim revistas o mais rápido possível.

Para encerrar, gostaria de falar também que nós precisamos, Sr. Presidente, tratar as coisas seriamente. Estamos pedindo há três meses alguma resposta sobre a contratação, principalmente das Polícias Civil e Militar, nós ainda não tivemos resposta, fiz vários requerimentos também à Secretários do Sr. Governador, Secretário de Estado, não obtive resposta. Se não for pelo amor, eu vou exigir que esta Casa tome as devidas providências.

Muito obrigada. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputada Lúcia Tereza. Gostaria de registrar a presença da Vereadora Ana Paula, em nome do Deputado Maurão. Muito obrigado, Vereadora Ana Paula. Registrar a presença também do Vereador Adão, da 17 do Município de Nova Brasilândia. Gostaria também de registrar a presença do Pastor Roberto, do Ministério do Castelinho, no Município de Buritis. Muito obrigado, Pastor Roberto, pela presença. Também registrar a presença do Marcelinho, da Rádio de Buritis. Obrigado, Marcelinho. E também do Oliveira, da Rádio Comunitária lá do Município de Buritis. Muito obrigado, Oliveira, pela presença.

Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Laerte Gomes, por cinco minutos, sem apartes.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, senhoras e senhores Deputados, Deputada Lúcia Tereza, nossa companheira que nos antecedeu, estivemos, Sr. Presidente, no Município de Ji-Paraná na última sexta-feira, onde nos fizemos presente na inauguração do calçamento e da reurbanização de uma parte da Avenida Brasil, juntamente com o Prefeito, o nosso Prefeito Jesualdo Pires, Senador Acir Gurgacz o qual foi quem encaminhou os recursos da Emenda para ser executada essa obra importante no Município de Ji-Paraná, aos representantes da Associação Comercial, o Deputado Airton Gurgacz se fez presente, aonde foi inaugurada essa obra que tem até causado

um pouco de polêmica ali no Município de Ji-Paraná, na Avenida Brasil, mas com certeza ao longo do tempo as coisas vão se adequar e essa importante obra, que com certeza vai trazer mais segurança à população, vai deixar a nossa Avenida Brasil mais bonita e proporcionar uma melhoria para os nossos cidadãos, para os nossos pedestres.

Também, Sr. Presidente, estivemos no Município de Vale do Paraíso na sexta-feira, onde nos reunimos lá com várias lideranças políticas, dentre delas o nosso chefe de gabinete, o ex-Prefeito Charles, os Vereadores, ao qual também tivemos com o Prefeito Luiz do Hotel fazendo uma visita e podendo lá levantar as demandas do Município para poder estar aqui contribuindo com o Município do Vale do Paraíso.

Na segunda-feira estivemos em Jaru, Deputado Adelino, nos reunindo também com várias lideranças lá, e o assunto, Deputado Edson Martins, o assunto que é a crista da onda no Município de Jaru é a servidora Fabiana de Vito, que recebe, Vereadora Ana Paula, mais de R\$ 6.000.00 do DER, portariada, comissionada, é Chefe de Seção, Deputado Saulo, Chefe de Seção do DER e faz Medicina na Bolívia, faz Medicina na Bolívia, deve ter um jato que ela vem todo o dia e trabalha e à noite pega o jato particular, Deputado Ribamar, e vai até Santa Cruz, estuda de madrugada, pega o jato de novo, todo o dia deve fazer isso de segunda a sexta, Deputado Adelino, porque é a única forma que a gente vê de poder estudar na Bolívia e ser nomeada de CDS com o cargo de chefia no Município de Jaru no DER.

A gente brinca aqui, mas isso é uma vergonha e a gente tem ouvido relatos, recebido denúncias constantemente e diariamente, Deputado Adelino, de situações como essas, de pessoas portariadas com CDS, Deputado Lazinho, Vossa Excelência que é de Jaru, lotadas em outro país, como essa, ou em outros Estados e recebendo CDS do Governo. Ou o Governo não tem controle nenhum dos seus cargos comissionados ou está tendo um apadrinhamento muito forte nesse caso aqui dessa servidora.

Eu encaminhei um ofício, Presidente Maurão, à Presidência desta Casa, Deputado Edson, solicitando a nomeação dessa servidora e a folha de ponto dela assinada, e quem, Deputado Ribamar, abonou e está abonando a ficha dessa servidora. E quem está abonando, Dr. Neidson, a ficha dessa servidora que mora na Bolívia. Isso é uma vergonha! Tem que se tomar providência. Não pode se permitir que o Governo do Estado, no século XXI, com todo gabarito e potencial de informática que tem, permita que isso aconteça. A não ser, lógico, que o Governo do Estado saiba, o Diretor do DER saiba, que eu não acredito que o Diretor do DER, Coronel Caetano, saiba disso ou tivesse informação, com o local lá de Jaru, regional, o Chefe Regional do DER de Jaru e o Chefe local do DER saiba e estão apadrinhando ou alguma coisa diferente tem aqui.

Então, a gente vê aqui, constantemente, nós vemos aqui, Deputado Lazinho, denúncias do DER de roubo de máquinas, de servidores fantasmas em outro país, de falta de combustível, como o Deputado Adelino fez essa denúncia aqui, na semana passada, de óleo lubrificante, não é isso, Deputado Adelino? E esta Casa não faz nada. Esta Casa não tem se pronunciado nesse sentido em tomar uma posição mais dura. Que o nosso papel, Deputado Saulo, também é fiscalizar, além de legislar e

nós temos que exercer esse papel. Esta Casa precisa exercer esse papel. Nós temos que abrir essa caixa preta do DER e ver o que é que acontece lá dentro, porque senão já está ficando feio para a gente. É todo dia recebendo denúncia e o próprio Deputado Luizinho já disse isso aqui no passado, Deputado Luizinho, as denúncias que nós estamos recebendo, isso aqui não é para perseguir Governo, não é para fazer nada, é para apurar a verdade. Simplesmente esta Casa precisa apurar a verdade, a verdade dos fatos, sob pena de nós ficarmos desmoralizados, da população já não acreditar mais na Casa do povo, no representante do povo, na Assembleia Legislativa.

Então, é necessário, Presidente Maurão, que esta Casa se posicione sobre, Deputado Ezequiel, essa avalanche de denúncias que está acontecendo no DER e não se toma uma providência aqui. Tenho certeza que Vossa Excelência, na Comissão de Fiscalização e Controle, tem procurado exercer a sua função, mas é necessário criar algo maior, que envolva toda esta Casa para nós estarmos investigando essas denúncias que estão sendo feitas contra o Departamento de Estradas de Rodagem, que por sinal tem um dos maiores orçamentos do Estado e tem o PIDISE para um investimento de mais de um bilhão de reais e estão aí obras aos montes, em Rondônia, que começaram e não terminaram, que as empresas estão aí há cinco, seis meses sem receber, muitas com demissão em massa, porque o Governo não paga. Então, é necessário que se averigüe isso. A propaganda do Governo está muito bonita na televisão, mas a realidade dos fatos, na base, é outra.

Então, senhor Presidente, essas são minhas palavras e quero dizer que nós estamos à disposição para quando os nobres colegas quiserem tomar uma posição de nós fazermos uma investigação séria sobre isso, podem contar com o Deputado Laerte.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Laerte Gomes. Eu quero registrar a presença do Vereador Sidnei, do município de Castanheira; Vereador Levy, também de Castanheira e do Vereador Serginho do Machadão, todos do município de Castanheira. Muito obrigado, Vereadores, por estarem presentes, prestigiando nossos trabalhos nesta Casa, nesta tarde.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Maurão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Só registrar a presença da Vereadora Paula e Vereador Adão que estão aqui prestigiando, lá do município de Brasilândia. Bem-vindos a esta Casa e sintam-se à vontade.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Presidente Maurão. Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra a nobre Deputada Glaucione, por vinte minutos, com apartes.

A SRA. GLAUCIONE - Quero cumprimentar o Presidente desta Casa, cumprimentar meus colegas Deputados, e dizer para os meus colegas Deputados, para o Plenário, para quem está nos assistindo em casa que neste momento uso a tribuna, mas não com alegria, Deputado Ribamar, com tristeza de como se encontra o meu município, município de Cacoal. Cacoal, um dos grandes municípios do Estado de Rondônia, e passa aí pelas páginas policiais, de escândalos, jogando mais uma vez o nome dos políticos na lama. Porque quando nós vamos até num hotel e registramos a profissão que é agente político, até o rapaz ou a moça ali do hotel olha para a gente de baixo para cima já com certa discriminação. Eu, para falar a verdade, coloco *funcionária pública*, porque muitas vezes faz vergonha ser político hoje neste país. Não por uns, tem uns trabalhando em dobro em relação àqueles que infelizmente partem para o lado errado.

E Cacoal, depois de quase sete anos, começa a se fazer justiça. Entra o Ministério Público junto com a Polícia Civil e faz a operação que está acontecendo, *Operação Detalhes*, no município de Cacoal. Uma Operação que, com certeza, no final dela, como nós vimos várias outras operações, acaba naquele apanhado de ouvir todo mundo, levam as pessoas que já deviam estar lá há muito tempo, e levam as pessoas que também não mereciam estar lá. Porque nesse apanhado, nesse momento a Polícia tem que ouvir todos que fazem parte, que estão ali em volta, funcionário público de carreira que hoje está lá preso em Cacoal, Vereadores, a Chefe de gabinete do Prefeito, enfim, uma situação que eu lamento, em momento nenhum eu tripudio em cima disso, porque eu quero o bem do meu Município, o bem do Estado de Rondônia.

E há alguns anos, quando tivemos a campanha eleitoral, não concordando com essa administração, disputei a eleição com esse Prefeito, e ele tinha um lema: "*Cacoal é do bem, Cacoal é do povo*". Cacoal realmente é do bem, só que ultimamente Cacoal não tem sido do povo, Cacoal tem sido de uma pequena quadrilha que tem saqueado o nosso Município. E dizer para Vossas Excelências, uma Cacoal abandonada, cheia de buracos, escura, hoje a nossa parte central, o lugar que se passa está totalmente às escuras, nem sequer a questão de segurança nós temos em função da escuridão, nas avenidas o mato toma conta, ginásio de esportes interditado, o teatro foi liberado recentemente, ficou interditado muito tempo e agora a quadra do Bairro Josino Brito interditada, unidade mista interditada, intervenção branca da Saúde no Município de Cacoal, praças abandonadas, centro de zoonoses inacabados, centro esportivo inacabado, distritos abandonados, esquecidos pela administração atual.

O que não conseguiram acabar é com a nossa dignidade do povo de Cacoal e dos servidores daquele Município. Passamos poucas e boas, porque quando se fala da figura padre, um homem tira uma verdade, mil verdades nossa valem muito menos do que uma mentira dele. Então, enganou o povo de Cacoal, não por uma vez, mais já por duas eleições, e nós que estamos nos bastidores da política muitas vezes vemos os indícios, fazemos as nossas denúncias, e aguardamos o pronunciamento da Justiça. E agora por último, entre tantos vídeos esparramados por aí, que estamos tendo contato só de uma situação, só de um esquema, foi um milhão e oitocentos mil para atender a campanha do Prefeito atual.

O Sr. Hermínio Coelho – Permita-me um aparte, Deputada?

A SRA. GLAUCIONE – Concedo um aparte para o Deputado Hermínio.

O Sr. Hermínio Coelho – Primeiro, eu queria pedir aqui aos Deputados o respeito, a Deputada está falando na tribuna e tem muita gente conversando, está atrapalhando, está atrapalhando, pedir Presidente, ele é o primeiro que fica com conversinha e fica atrapalhando o discurso da Deputada.

A SRA. GLAUCIONE – Obrigada, Deputado Hermínio.

O Sr. Hermínio Coelho – Vamos respeitar nossos companheiros, principalmente as nossas Deputadas, que já são poucas, tem que ser mais respeitadas ainda.

Eu queria só parabenizar, Deputada Glaucione, o seu discurso e dizer que o que foi estourado agora pelo Ministério Público e a Polícia Civil, nós já sabíamos há muito tempo, inclusive nós levamos algumas informações para o Ministério Público sobre o desmando de Cacoal. E eu lembro que em 2012, na reeleição do Padre Franco, Padre Franco era uma pessoa que eu tinha o maior carinho pelo Padre Franco, eu respeitava o Padre Franco, primeiro por ser padre, o trabalho que ele tinha antes de ser Prefeito, como a luta pelo Hospital São Daniel Comboni, e eu não queria jamais falar mal de um homem que nem o Padre Franco. Mas, infelizmente, ele se perdeu mesmo, ele se perdeu, ele precisa realmente se confessar, agora eu não sei com quem diabos ele vai confessar, porque com outro padre é muito difícil, e colocar uma aloprada daquela para mandar na Prefeitura, e isso todo mundo sabia. É por isso a crítica aqui em cima do Padre Franco, se ele vier falar, Presidente Maurão, que não sabe de nada, se ele não soubesse de nada ali, ele tinha que ser muito burro, e burro ele não é, o Padre Franco de burro ele não tem nada, ele sabia de tudo, todo o Estado de Rondônia sabia que essa mulher era quem mandava e desmandava lá em Cacoal e não mandava com políticas boas, com política republicana, e sim com os esquemas. E aquela fala que ela fala lá, eu não sei para quem diabos ela está falando aquilo, aquilo ali é nojento demais, é uma coisa, e diz que tem mais gravações lá, que tem coisas do arco da velha, e fala dessa mulher e também até do Padre Franco.

Mas dizer para Vossa Excelência, Deputada Glaucione, que eu perdi, na eleição sua e do Padre Franco, em 2012, eu apostei com o Deputado Tucura o salário do mês de novembro, eu apostei, eu recebi o salário de novembro e passei o cheque para o Deputado Tucura, eu apostei em Vossa Excelência e infelizmente eu perdi os meus dezessete mil e o povo de Cacoal perdeu a oportunidade de ter Vossa Excelência como Prefeita de Cacoal. Mas eu tenho certeza absoluta que não era hora, Deus sabe o que faz e sabe a hora e se Deus quiser Vossa Excelência vai, nós ganhamos, não é, Deputado Ribamar, em ter a Deputada Glaucione como companheira, como Deputada, e se Deus quiser, e se for da vontade de Deus e do povo de Cacoal Vossa Excelência vai governar aquele Município ainda, que é um Município lindo, um Município muito bom. Infelizmente, a administração do Padre Franco vem atrasando um pouco,

um pouco sim, porque o povo independente de Prefeitura, o povo faz o Município crescer, que o que faz Cacoal grande não é Padre Franco, muito menos essa chefe de gabinete, é o povo daquele Município e Vossa Excelência e muita gente boa que tem lá em Cacoal. Por isso, parabênizo V.Exª pela suas denúncias, pela sua fala e pela sua luta por Cacoal.

A SRA. GLAUCIONE – Obrigada, Deputado Hermínio. E o Deputado Hermínio, com seu jeito diferente de fala, na campanha ele esteve em Cacoal, Deputado Laerte, e dizia o seguinte: “*cuidado com esse povo, porque esse povo que vem aqui são batedores de carteira*,” é a forma que o Deputado Hermínio utilizava e que se o Prefeito ganhar vão descer alguns membros do Roberto Sobrinho para Cacoal, e vai sair muita gente algemada. E realmente, Deputado Hermínio, V.Exª, não sei se V.Exª é profeta ou se V.Exª já tinha o conhecimento mesmo da linha, hoje infelizmente um monte de gente algemadas. Não estou aqui para defender ou acusar. Isso está na mão da Justiça. A Justiça é que vai estar apurando os fatos. Inclusive em momento nenhum eu quero tripudiar em cima de uma desgraça tamanha, que não vou dizer para vocês, porque eu concorri com o Padre Franco, que eu estou com alegria, não, meu coração está apertado, é a minha cidade que está cheia de buraco, que a saúde não é mais do município, que o Estado fez uma intervenção branca, que houve na realidade um abandono total, escuridão, matos, quadras interditadas para todo lado e tem quase sete anos que esse povo está no poder. Então, V.Exª tinha razão.

O Sr. Laerte Gomes – Um aparte, Deputada?

A SRA. GLAUCIONE – Com a palavra o Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Deputada Glaucione, eu primeiro só queria cumprimentar o Vereador do município de Alvorada d'Oeste, que se faz presente aqui nas galerias. O Vereador Jair. Vereador Jair da PM, nosso companheiro lá do município de Alvorada, dizer que o seu pronunciamento, Deputada, esse momento triste da história de Cacoal, uma grave crise que se instalou naquele município, e que com certeza traz insegurança a toda população. A gente que tem andado por Cacoal, fazendo visitas nos municípios, a gente percebe o descontentamento da população com a administração, a cidade entregue a buraco, a mato, e o pessoal, o povo revoltado já começa a perder expectativas, as esperanças, e vem uma crise dessa gravíssima com a prisão de várias pessoas e com uma insegurança muito grande.

Então, eu tenho certeza que V.Exª, como muito bem falou, não está feliz com isso, porque é a sua cidade, é o seu município e infelizmente essas coisas acontecem e pioram muito ainda a administração, quem perde com isso é a população de Cacoal. Então, a gente espera, como falou, já teve intervenção na Saúde de Cacoal e a gente pode esperar muito mais disso, Deputada. Vai precisar de uma mão forte aí do Estado na questão de Cacoal, porque a gente lamenta muito, um município pujante, forte, de um povo trabalhador que esteja na situação que está hoje Cacoal. Então, faço aqui as suas palavras a nossa aqui nesta Casa.

A SRA. GLAUCIONE – Obrigada, Deputado Laerte. Obrigada pelo apoio e quero...

O Sr. Maurão de Carvalho – Um aparte, Deputada?

A SRA. GLAUCIONE – Deputado Maurão de Carvalho, nosso Presidente.

O Sr. Maurão de Carvalho – Deputada, não sei, eu acho que tenho de parabenizá-la, porque a Deputada não poderia deixar de fazer um discurso hoje na tribuna, porque aconteceu, Deputado Hermínio, na cidade dela, que é Cacoal, a cidade que nós temos como base e que eu cheguei também há 40 anos, ainda criança e que é a cidade mãe de Ministro Andreazza. E como a Deputada falou, essa é uma fala, um discurso que a gente faz com muita tristeza, porque ninguém queria isso para Cacoal e nem queria para o Padre Franco. O Padre Franco, a gente via assim que ele ganhou a eleição, primeira eleição e a segunda eleição, com um discurso de honestidade, e tudo era ser honesto, o discurso dele é ser honesto, que só tinha uma batina e que ele não tinha nenhuma casa para morar e isso fez, na verdade, Deputada Glaucione...

O Sr. Laerte Gomes – Era o bem contra o mal, Presidente, o *slogan* era o bem contra o mal. O *slogan* era o bem contra o mal, hoje eu li um artigo sobre isso.

A SRA. GLAUCIONE – É verdade.

O Sr. Maurão de Carvalho – Era esse. Na verdade, Deputada Glaucione, era um discurso muito forte e as pessoas hoje já têm o político, acham que as pessoas se candidatam, Deputado Ribamar, já pensando em errar, que ele está pensando em desviar, fazer coisas erradas. Então, esse foi um discurso muito forte. E o Padre Franco ganhou a eleição, a primeira, e ganhou a segunda eleição, mesmo não fazendo um bom mandato no primeiro mandato, porque ele não conseguiu fazer um bom mandato, o município de Cacoal é um município que chegou a ser o segundo município que mais arrecada, o terceiro. Hoje está no 7º ou 8º. Vilhena hoje é o 2º que mais arrecada. Então, foi perdendo receita, perdendo convênio, e com isso o município está como está. A cidade que era considerada uma das melhores cidades, chegava a Ji-Paraná, Cacoal era referência, chegava em Vilhena, Cacoal era referência, chegava em Rolim e Pimenta Bueno, Cacoal era referência. E hoje Ji-Paraná passou a ser uma cidade bonita que está sendo referência, Vilhena está sendo referência. E Cacoal está sendo aquela cidade desleixada, esburacada, abandonada, e ele conseguiu se reeleger em cima do discurso de fazer a coisa certa, de ser honesto.

Não estou aqui acusando o Prefeito Padre Franco, porque até acho que ele não tem interesse financeiro mesmo, Deputado Lazineho, eu sei que ele é do seu partido, não estou aqui acusando por ser do PT, mas em todos os partidos tem honestos e tem desonestos. Não estou aqui, Deputado Hermínio, fazendo nenhuma acusação, eu até penso e posso dizer o seguinte, o próprio Prefeito Padre Franco, se fosse para ele desviar, fazer qualquer coisa para ele, eu diria que ele não faria. Eu ainda penso isso, mesmo a imprensa está aí falando do acontecimento

que aconteceu com a chefe de gabinete. Mas, infelizmente, ele confiou numa pessoa errada, confiou demais e essa pessoa hoje colocou Cacoal na lama, desmoralizou os políticos todos de Cacoal e muitos ali, eu não digo que deve não, tem pessoas sérias, que eu conheço, como a Deputada Glaucione conhece, que nós mesmo estamos avaliando e parando, não, essa pessoa não é possível, ela foi envolvida, mas não dá para acreditar que ela errou. Mas a chefe de gabinete, Deputado Ribamar, se V.Ex^a assistir e ouvir os vídeos, é coisa assim que dá nojo, é coisa assim que nos entristece disso acontecer no meio público, é por isso que as pessoas pouco estão acreditando na política, e às vezes por causa desse tipo de pessoas que assumem cargos e acontece o que acontece que nós hoje estamos servindo de chacota, essa semana eu estava assistindo na TV um programa humorístico e aí chegou um humorista fazendo um papel de mendigo, de sujo, foi no domingo, no *Fantástico*, mas eu vi num outro, ele fazendo esse papel no *Faustão* de mendigo, de sujo, aí ele falou: “ - Não, eu não estou sujo, não, sujos estão os deputados, os políticos”.

Então, comparando todos os políticos na mesma, na mesma vala, e é isto que nos entristece, pessoas como essa senhora que teve toda confiança política do Prefeito e que vinha fazendo todo esse controle de licitações, trabalhando para que tivesse grande parte dos Vereadores do seu lado, como o Vereador, por exemplo, que eu vi lá, que ele indicou alguém lá da Igreja dele para assumir um cargo na Prefeitura, aí ela falar: “Não, o vereador, vou dizer aqui, Rafael, ele já calou a boca porque já coloquei alguém da igreja dele lá para assumir um carguinho”.

Então, veja bem, a situação, Deputado Ribamar, Deputado Saulo, Deputado Neidson, que ela fez, ela envolveu 86 pessoas, inclusive o seu pai e a sua mãe, que é uma pessoa que eu conheço assim pouco, de longe, mas que eu ouvia falar muito bem, pessoas que até eles mesmos surpreenderam do que a filha estava fazendo de errado com eles mesmos. E o triste disso tudo é que alguém que disse que esteve lá pela Delegacia e viu ela, e achava que ela estava de cabeça baixa, ela ainda está de cabeça erguida, se achando a tal. Infelizmente, Deputada Glaucione, é de lamentar. Cacoal perde com isso, nós que somos políticos, queira ou não queira, as pessoas querem colocar no mesmo contexto e para Cacoal foi muito ruim, para o Estado de Rondônia e para o Brasil, que eu tenho certeza que essa matéria não vai ficar só em nível de Cacoal, de Rondônia, não, isso aí já é matéria do *Fantástico*, que já vai chegar à Globo e coisas menos piores não foram para o *Fantástico* e aquilo ali nos envergonha, infelizmente o Prefeito, talvez na sua simplicidade, confiou na sua chefe de gabinete e ela fez tudo isso, colocando todo mundo na mesma vala. Não é fácil de recuperar um prejuízo tão grande.

Eu falava agora há pouco com o pessoal de Buritis e falava também do que aconteceu em Buritis, perda política muito grande para a cidade, quando a situação dessas vai para cidade, nós mesmo, políticos, não queremos investir na cidade porque você fica com medo, vai colocar uma emenda, vai colocar um recurso, já pensa que vai para o ralo, os políticos mesmo saem fora. Outro dia foi um empresário desses aí preso e ele disse que foi inocentado e ele falou assim: *Maurão, o pior não é nada, eu fui inocentado, mas só que pegou em mim a sujeira,*

eu estou tão bichado que ninguém chega perto de mim, parece que eu estou fedendo, ninguém chega perto de mim.

Agora, pensa assim, um cidadão comum já é assim, agora pensa o político, quem vai querer encostar perto desse tipo de político. Então, o prejuízo é muito grande para Cacoal, Deputada Glaucione, eu sei que Vossa Excelência é de Cacoal, vai continuar defendendo Cacoal, colocando os seus recursos, como eu também, ajudando Cacoal, mas nos entristece muito e nos envergonha muito é uma pessoa como esta descarada ter coragem de falar tudo aquilo, brincar com a cara do povo, Deputado Adelino, é brincar, você ver é nojento, quem pode ver o que essa mulher fez e como ela fazia e como ela zombava das pessoas, o foco político. Infelizmente, é só lamentar, Deputada.

A SRA. GLAUCIONE – Lamentar. Obrigada, Deputado Maurão. Só que verdade já está até inclusive no *Tudorondonia*, áudio, já tem esparramado aí nas redes sociais, na verdade, o Prefeito não é nada de simples e muito menos inocente, ele troca diálogo o tempo inteiro com a chefe de gabinete e deixa muito claro a participação dele no processo todo. E é por essa ideia de que ele, Deputado Maurão, não participa, que ele não sabe, é em função de tudo isso, em função da figura dele ser um Padre, que nas eleições passadas, com todos os rolos que ele teve no 1º mandato, que já teve, ele teve mais 21 mil votos, enganando novamente a população de Cacoal, enganar levantando a bandeira da honestidade, andando descalço pelas ruas e pedindo ao povo que votasse nele. Mas agora a gente está vendo lá no áudio onde ele fala com a chefe de gabinete dele, Deputado Alex, ele fala que tem que trocar de chip porque ele está sendo grameado, se não tem nada de errado porque que ele quer trocar, porque que ele quer trocar, porque que ele fala que tem que colocar alguém, nomear nem que for por aparência. Então, é o tempo todo o diálogo dele com a chefe de gabinete e ele já enganou muita gente e eu me calei porque a minha palavra contra a dele, eu estava falando contra um Padre, então era muito forte, eu tinha que me calar. Eu me calei 07 anos, Deputado Luizinho, só que agora eu vou à tona, agora tem áudio, agora não tem mais o que esconder, agora está lá e eu não sinto alegria nisso, não, para mim está fazendo esse discurso aqui, para mim está sendo muito difícil, confesso para Vossas Excelências que está sendo muito difícil, quase que eu não vim para tribuna falar absolutamente nada, só que seria uma covardia da minha parte sendo a única Deputada eleita daquela cidade, um estardalhaço da forma que está e eu silenciar, eu sou uma liderança lá dentro e eu preciso me posicionar, em momento nenhum tripudiar em cima da cabeça de ninguém, eu sei que nessa leva toda pode ter pessoas inocentes, pessoas culpadas e quem vai dizer tudo isso é a Justiça.

Só sei que naquela cidade já tem muito tempo que muita gente sofre com essa administração. Inclusive eu tenho aqui, eu trouxe para mostrar aqui na tribuna, Deputado Hermínio, um funcionário do SAAE, o funcionário Jessé, pensa num menino perseguido, porque ele fez uma denúncia que a água estava indo direto para as casas sem tratamento e esse pessoal, essa quadrilha que está hoje na Prefeitura, é um povo com tanta coragem de persuasão que eles conseguiram um perito do Estado, eles conseguiram que o perito do Estado

fizesse um laudo falso. Falo isso porque já fui à SESDEC, já denunciei esse perito.

Então, assim, é muita coisa errada, é muita gente que sofre diante de todas essas situações. Eu lamento. Agora por último, para que não bastasse, esse Prefeito esteve na SEDAM do nosso Estado e conseguiu uma autorização para fazer o aterro sanitário nos nossos mananciais de água mineral. E eu fui atrás da OAB, e eu lutei e o parecer da SEDAM saiu favorável, infelizmente. Então, é gente dando apoio a pessoas erradas para todo lado e nós em Cacoal, massacrados, a minha voz contra tantas pessoas do lado desse Prefeito que fez essa desordem, acabou com o município de Cacoal.

E hoje eu digo a Vossas Excelências, senhores Deputados, Vossas Excelências estão num mandato, porque nós estamos de passagem nesse mandato, eu peço para Vossas Excelências apoio para o município de Cacoal, mesmo que Vossas Excelências nem tenham tirado voto ali naquele lugar, mas nós estamos abandonados. Eu peço ao Governo do Estado que olhe para o meu município abandonado, que olhe porque nós precisamos de apoio, foi sucateado, o povo realmente tem sofrido naquele município. Mas agradeço aqui a participação de todos os meus colegas, a sensibilidade, e com a palavra aqui o nosso Deputado de Ariquemes, Deputado Alex Redano.

O Sr. Alex Redano – Deputada Glaucione, parabéns pelo seu discurso. Enquanto Vossa Excelência discursava estava olhando os jornais e já estão sinalizando que o Ministério Público vai pedir a prisão do Padre, já tem elementos suficientes do envolvimento com tudo que está acontecendo dessa grande corrupção em Cacoal. E eu tenho alguns amigos que moram em Cacoal e o que me falam que a grande voz hoje de Cacoal é Vossa Excelência. Que muitas pessoas, eleitores que acreditaram no Padre, acreditaram na sua honestidade, já estão muito arrependidos. Mesmo antes de acontecer essa grande operação, o município de Cacoal está um caos. E isso veio provar o porquê está um caos, nada acontece por acaso, Deputada. Se toda essa dificuldade do município é porque estavam realmente tendo desvio de dinheiro. Então, eu parabeno pela sua postura e pela sua conduta e Cacoal perdeu uma grande chance de tê-la como Prefeita de Cacoal. Mas em breve, em momentos oportunos terá novas oportunidades, de repente Vossa Excelência vai ser a representante, ser a Prefeita de Cacoal. Parabéns pelo seu trabalho.

A SRA. GLAUCIONE – Obrigada, Deputado Alex. E quero dizer aqui ao povo de Cacoal que deve estar assistindo toda essa discussão em prol do município de Cacoal, que não para a dificuldade só aí com o Padre Franco, não. Infelizmente, Deputado Hermínio, tem os urubus de plantão, a verdade é essa. Já tem outros grupos tentando tirar proveito da desgraça do nosso município para se promover na política. Nós já estamos observando o movimento de alguns grupos tentando tirar proveito para sobressair em cima dessa desgraça. Eu que sou Deputada, eu concorri com o Prefeito Padre Franco, em momento nenhum eu preciso e não quero e não vou subir em cima da desgraça alheia.

Então, dizer para essas pessoas que não é hora de ficar tentando tirar proveito político, alguns grupos também descomprometidos, que Cacoal já caiu numa enrascada duas

vezes, espero que abra os olhos e veja o que alguns grupos estão tentando tirar proveito dessa situação toda. Dizer para o meu parceiro Deputado Ezequiel que na realidade nós temos inclusive Vereador do meu partido que foi chamado para ser ouvido hoje na Delegacia no dia da operação. Nós não sabemos o grau de envolvimento porque até agora não se apurou os inquéritos.

Dizer que o partido não passa a mão na cabeça de ninguém, se tiver correto vai dar as mãos e vamos continuar a caminhada juntos e apoiando. E se tiver errado, que a Justiça faça o que deve ser feito. Porque todos nós quando assumimos um cargo nós temos o nosso CPF e nós temos também responsabilidade, nós somos adultos e responsáveis pelos nossos atos. Então, cada um responda por seu ato e que também não venha cometer nenhum tipo de injustiça com aqueles que estão sendo levados nesse movimento.

Quero aqui parabenizar o Ministério Público, a Polícia Civil por essa operação, por mais que doa aos nossos corações, mas era necessário para limpar e recomeçar Cacoal. Obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Questão de Ordem, Sr. Presidente? Quero pedir para o Deputado Maurão de Carvalho que quando fizer aparte ele seguir o Regimento, porque ele está abusando do Regimento Interno. Vossa Excelência me desculpe...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Deputado Lazinho, Vossa Excelência perdeu a oportunidade de me chamar a atenção, se Vossa Excelência fala eu já encerrava a minha fala.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Presidente.

(Às 16 horas e 42 minutos, o senhor Edson Martins passa a presidência ao senhor Luizinho Goebel)

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Ainda com a palavra no Grande Expediente, por 20 minutos, com apartes, o eminente Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoal aqui presente. Hoje eu venho a esta tribuna para falar sobre um assunto que eu julgo muito importante. Recebi muitos telefonemas na semana passada a respeito do vazão sanitário do Estado de Rondônia, nós estamos cobrando do IDARON para que ele faça o seu papel, que é fiscalizar, que não está sendo fiscalizado no Estado de Rondônia. Nós sabemos de pessoas que colheram soja e estão plantando soja mais uma vez, correndo o risco de uma questão muito grave, nós temos que cuidar da prevenção do controle da ferrugem asiática. Tendo em vista que hoje a soja é um dos principais componentes da economia do nosso Estado, a ferrugem asiática pode provocar, podemos dizer, uma catástrofe em cadeia produtiva no plantio da soja que se leva. Então, é um caso muito grave, nós queremos aqui fazer um alerta, nós estamos aqui com a legislação federal do MAPA, aonde rege uma lei federal, aonde nós temos que nos enquadrar, e já tem a lei estadual, tem uma Normativa 001/13, e nós vimos, inclusive vários agricultores ligaram, reclamaram que o IDARON não está fiscalizando. E nós precisamos que fiscalize e acompanhe porque nós temos

o vazio sanitário que também pode comprometer a nossa cadeia produtiva e tem essa ferrugem asiática, isto é muito grave, a Comissão Agropecuária, que eu faço parte também da Comissão, o Deputado Lazinho é o presidente, nessa próxima parece que o Volpi está convidado, nessa próxima sessão na Agricultura, na outra, então nós queremos que, inclusive eu vou ligar para o representante do IDARON no Estado de Rondônia, que me prometeu que viria fazer uma visita, até hoje não veio e nós já cobramos várias vezes certos assuntos de interesse do IDARON e esse é um dos interesses, e muito grave, e nós pelo que recebemos de telefonemas, tem várias lavouras que foi plantado soja de novo agora e não pode, tem que cumprir, tem que ter o tempo previsto para que não haja essa contaminação aqui em Rondônia.

Então, queria deixar aqui registrado esse fato, que os produtores, os próprios produtores rurais que plantam soja é que estão denunciando, porque eles correm o risco de ter um prejuízo muito grande, às vezes por um ou outro agricultor que não respeita a legislação pode acarretar um problema muito grave, então quero deixar aqui registrado esse fato. E mais uma vez dizer que, Deputada Glaucione, a gente acompanhou a política na época, nós lamentamos muito o que está acontecendo em Cacoal, esperamos que seja punido quem merece para que a política recomece, para mudar tem que haver justiça e tem que haver punição. Buritis também é uma situação muito grave. Hoje a população de Buritis não sabe para quem apelar, o povo está desesperado e as pessoas que fizeram acontecer o que aconteceu estão lá e ainda não se sabe o que vai acontecer.

Então, Cacoal a gente está acompanhando de perto e a gente lamenta muito o quê está acontecendo, porque quem paga, Deputado Hermínio, é a população e com certeza nos preocupa e que seja feita justiça, que não seja aqui, não estou pedindo, mas que as pessoas que estão envolvidas, e aquilo que foi comentado aqui pela Deputada Glaucione e vários Deputados é muito preocupante que cada vez vai denegrindo mais ainda a imagem dos políticos, nós nesta Casa temos que cada um nos preocupar para tentar melhorar a imagem da política, não só de Rondônia, mas do país.

Quando a gente vê o depoimento que aconteceu ontem lá no Lava Jato, lá em Curitiba, onde cita que o Chefe da Casa Civil e os Ministros próximos da Presidente Dilma, inclusive ligados ao ex-presidente Lula sabiam de tudo, aí o Líder do PT fala que não, que isso não é real, mas tentando desvirtuar, inclusive não dizendo que não existiu, mas sim tentando dizer que a pessoa que disse não tem credibilidade, então não está confirmando que os Ministros não sabiam, não, que nem a Presidente da República e o ex-presidente, mas sim tentando desmoralizar a pessoa que falou isso. E nós vimos, de duas coisas uma é certeza, quando a Presidente Dilma foi presidente do Conselho e presidente da Petrobras e hoje Presidente da República, se ela não sabe nada ela é muito incompetente, se ela sabia, então ela tem que vir a público dizer que sabia e se ela falar que não sabia e o ex-presidente Lula também na época disse que não sabia de nada, mas principalmente a Presidente Dilma, onde ela era presidente do Conselho e também presidente da Petrobras e acontecer tudo que aconteceu e ela não saber nada é muito difícil acreditar nisso.

Então, eu quero dizer que para nós é uma tristeza, mas ao mesmo tempo é uma alegria, porque nós conseguimos repatriar, o país conseguiu repatriar o recurso, graças à habilidade do juiz Sérgio Moro que conseguiu já repatriar cento e cinquenta e poucos milhões de reais, que já é um recurso expressivo, mas é muito pouco perto daquilo que foi desviado. E além disso acho que nós precisamos torcer que de fato venha à tona as pessoas envolvidas, que sejam punidas para que este país continue crescendo, continue avançando, que é o anseio de toda população de Rondônia.

Nós vemos essa situação hoje, além dessa questão da desmoralização, além do roubo, do desvio, eu vejo que o maior problema deste país é a credibilidade que a Presidente perdeu, que o país perdeu perante o jogo, a Petrobras estava entre as dez melhores empresas do país e hoje ela é a 441ª na classificação mundial das empresas, então é um prejuízo muito grande, além do desvio é a credibilidade que hoje os investidores todos ninguém mais quer investir. Então, lamentavelmente, este país está nessa situação e esperamos que a Presidente, se ela continuar, que ela mostre algum caminho, que ela fale alguma coisa que a população acredite para que este país resgate, eu jamais torço contra, jamais torço que ela vá mal, que o país vá mal, eu torço que dê a volta por cima, mas eu lamento muito e cada dia que a gente assiste televisão, Deputado Hermínio, a gente fica mais decepcionado, a população está decepcionada, eu vejo pessoas que estão enojadas da política em geral, isso é muito perigoso porque a partir do momento que a população desacredita é muito preocupante. Nós precisamos hoje do apoio da população para resgatar o Brasil dessa situação que está hoje.

O Sr. Hermínio Coelho - Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não, Deputado Hermínio.

O Sr. Hermínio Coelho – Deputado Adelino, primeiro, eu não sou mais do PT, mas eu vou falar um negócio para Vossa Excelência. Eu fico com um pé atrás quando eu vejo a TV Globo, quando ligo a TV Globo e vejo grupos políticos do Brasil querendo tirar uma Presidente do poder, da Presidência da República. Eu fico, para mim, esse movimento que tem contra a Presidente Dilma, eu, para falar a verdade, não acredito nesse movimento, o povo mesmo, o povo. Não, eu não estou aqui defendendo o Governo do PT, não, que eu sou o primeiro a denunciar as falcaturas que o Partido dos Trabalhadores já cometeu, tanto em Porto Velho como em Rondônia, como no país inteiro. Mas eu quero dizer o seguinte: a Presidente Dilma, a Presidente Dilma, eu continuo acreditando nela. No Brasil, nós temos um defeito de só resolver as coisas, de só fechar as portas quando já foi roubado. E tudo o que aconteceu na Petrobrás, que acontece desde 1950, quando foi criada a Petrobrás, desde quando Getúlio Vargas criou a Petrobrás. É lógico que aumentou a roubalheira, aumentou agora nos últimos anos exatamente porque triplicou os investimentos da Petrobrás. Aí é lógico que aquela roubalheira desgraçada que teve lá na Petrobrás, naquela, inclusive os quadrilheiros lá, os principais já vinham da época do Fernando Henrique. É como eu falei, para mim Fernando Henrique, Serra e companhia, PSDB não tem moral nenhuma para falar de moralidade ou

para falar do PT. Não tem, não tem. E se fosse, o Brasil hoje, com todos os problemas que tem, é muito melhor que o país na época do PSDB, é muito melhor. Hoje, pelo menos nós, o povo desse país, pode fazer greve, pode xingar, pode esculhambar. Na época deles era a borracha, como aconteceu no Paraná agora a greve dos Professores. Os Professores foram reivindicar, o Governo do PSDB, que ali é a cara do PSDB, e a cara da Globo também. A TV Globo fica querendo dar uma de exemplo no país, não é exemplo nenhum, não é exemplo nenhum essa TV Globo.

Por isso, onde esse povo vê a TV Globo estar defendendo, pelo menos na onda deles eu não entro. Eu estou triste porque nós não temos uma terceira opção, eu queria ver o movimento no país do povo de bem desse país criticando e combatendo o Governo do PT para chegar lá. Nós não temos. Hoje todo esse esquema que existe contra o PT, para tirar o PT do poder, são pessoas que, com certeza, Deputado Lazinho, eu não confio e nem acredito, e que eu prefiro o PT. Prefiro que seja o PT a que seja ele. A não ser, e vou defender nova liderança, novas ideias para novas pessoas virem para a política e comandar esse país e este Estado e este município, menos essa turma velha que está aí, que para mim não tem moral nenhuma para falar mal de ninguém. Obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero dizer aqui, Deputado Hermínio, que eu respeito muito o senhor pela sua história, mas eu não tenho como dar culpa para Globo, não tem como dar culpa para o Fernando Henrique, PSDB. Nós precisamos ser realistas, nesse país foi montado, foi oficializada uma corrupção onde se sabe, não é para uma pessoa, por um depoimento, nem por dois, nem por três e nem por quatro. O PT fica com tantos por cento, PMDB com tantos e PP com tanto, oficializando a corrupção, Deputado Hermínio. Nós não podemos justificar o mal passado, que se julga com o mal presente, nós temos que combater o mal. Agora, nós não estamos aqui defendendo o Fernando Henrique, porque ele nem candidato é mais, mas ele teve uma trajetória, se existia corrupção no passado, diz que desde a época quando descobriram o Brasil diz que tem corrupção, mas nunca existiu igual agora. Nós temos que nos indignar, nós não podemos justificar hoje o roubo dizendo que existiu outro maior ou menor que o passado.

Eu estou falando hoje no presente, ninguém mais aguenta essa, esse fato está acontecendo. Não é só o Lava Jato, não, Deputado Hermínio. A Receita Federal, onde ninguém imaginava que alguém estivesse mexendo, também foi denunciado, tem operação grande em cima disso, nós víamos hoje Operações em todas as esferas, o Congresso Nacional vai votar agora mais uma vez, estão distribuindo cargos para poder aprovar a nova reforma, estão distribuindo cargos com essa crise que está nesse país. Porque eu não acho, eu não sou capaz de aceitar que a Presidenta Dilma continua com 39 Ministérios, criando mais anexos, construir um do lado para o Ministério e encheu de gente e está construindo outros anexos. E aí, o Congresso não sobra dinheiro para os Municípios, não sobra dinheiro para os Estados, o Governo Federal gasta tudo e só manda os compromissos para o município executar. A creche tem que ter zero ano, tem que acatar, os municípios tem que acatar. Mas de onde vem o dinheiro? Quando está descendo os recursos que são compartilhados, eles não baixam,

só dá isenção onde os municípios e os Estados são compartilhados com o município e com o Estado.

Então, a população está cada vez mais pobre e o cidadão precisa de três coisas para sobreviver, para ele sobreviver dignamente perante a sociedade, perante a família dele. Primeiro, ter uma religião. Segundo, ter uma família. Terceiro, ter um emprego para que ele leve o dinheiro para casa dignamente e que o filho veja: *“meu pai trabalhou e me deu esse presente, me deu essa roupa, pagou meu estudo, mas foi com suor”*. Então, eu considero essas três coisas importantes para cada cidadão e para mim eu tenho certeza que cada cidadão nesse país quer isso. Então, nós temos que perseguir isso para que todos tenham emprego, para que todos tenham uma família, para que todos tenham uma religião, para que consiga administrar sua história. Então, eu quero dizer que eu acho que nós não podemos pensar e justificar o presente com alguma coisa que aconteceu no passado. O passado era outra história, não estou dizendo que não deveria ser punido qualquer um que teve qualquer história negativa.

O Sr. Aécio da TV – Permita-me um aparte, Deputado Adelino?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não, Deputado Aécio.

O Sr. Aécio da TV – Eu quero, não dá para ficar em silêncio ouvindo um discurso como o de Vossa Excelência, Deputado Adelino. Nós vimos aqui no nosso país, eu costumo dizer que eu não sou político, eu estive, faz apenas dois anos que eu entrei nesse mundo político e nunca tive envolvimento, nunca fui funcionário público, nunca tive ninguém da minha família funcionário público, nada, nunca tive nenhum tipo de envolvimento no meio público e nem político, sempre fui da iniciativa privada desde criança e as coisas que a gente tem visto nos últimos dias são coisas assim assustadoras, que às vezes dá para começar entender porque aquela defesa tão fervorosa quanto às privatizações que nós vimos no passado.

A Petrobrás deve trezentos e cinquenta e um bilhões; a Petrobrás hoje deve trezentos e cinquenta e um bilhões; é a dívida da Petrobrás. Foi declarado, declarado no balanço da Petrobrás um prejuízo de roubo, declarado, roubo, seis bilhões e alguma coisa...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Confessado, não é?

O Sr. Aécio da TV – Confessado, declarado lá para os acionistas: *“Oh! Foi roubado”*. Como quem declarou foi à própria Petrobrás assim: *“Nós roubamos seis bilhões e poucos”*. Isso foi passado no balanço oficial para que o mundo inteiro veja. E aí a gente consegue entender porque defender com tanto fervor *“a Petrobrás é nossa, isso não pode ser vendido, isso não pode ser privatizado, a Petrobrás é importante”*. Para quem? Para mim que vou ao posto e pago R\$ 3,50 por um litro de gasolina, enquanto aqui do lado, na Bolívia, um país super pobre, custa menos da metade. Para quem que é importante a Petrobrás? Para quem que essa Petrobrás é tão importante? Para quem leva os seis bilhões e pouco, para quem endivida em trezentos e cinquenta e um bilhões? Pagamos a dívida externa, dez bilhões; a dívida da Petrobrás trezentos são cinquenta e um bilhões.

Começam a falar agora do escândalo do BNDES. O escândalo do BNDES é uma mixaria, fala-se em torno de quinhentos bilhões. Eu não sei por que, eu sou economista e quando a gente estuda economia se tem uma visão de sentido lógico das coisas, eu, sinceramente, sinceramente, hoje eu sou uma pessoa literalmente contra empresas públicas, empresas, sou contra. Acho que o serviço público que é oferecido é um lixo, saúde, educação, segurança, a pior qualidade que você pode imaginar. Ah! Se a gente tivesse os trezentos e cinquenta e um bilhões de dívidas da Petrobrás, se os empresários tivessem feito suas dívidas lá fossem donos da Petrobrás e a gente tivesse esses trezentos e cinquenta e um bilhões para aplicar em saúde, educação e segurança. Ah! Quem dera!

É escândalo, mais escândalo, mais escândalo, mais escândalo! Ah! O dinheiro que teve de ser emprestado da Caixa Econômica, do Banco do Brasil para fazer as pedaladas fiscais. Ah! Se fosse empresa privada. Hoje a gente entende porque se defende com unhas e dentes essas empresas públicas para que elas não sejam privatizadas, hoje dá para entender, Deputado Adelino. Parabéns pelo seu discurso.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Quero agradecer o aparte, dizer que a gente está indignado, agora mesmo, semana passada, nós vimos aí a denúncia que trinta e seis milhões de Angola, as empresas de Angola passaram para o caixa do PT e o Presidente do PT falou: “que pagou seis milhões e pouco de imposto e que então é legal”. O dinheiro saiu do Brasil, foi lá, fez a obra e aí as empresas brasileiras que estão lá mandaram o dinheiro de volta e pagaram imposto, e aí veio. Então, se são trinta, se seis milhões, roubou trinta milhões, pegou o dinheiro quente daqui, levou para lá e mandou de volta, aí descontou seis milhões e pouco sobrou trinta milhões líquido.

Então, desse jeito é muito fácil, isso é uma ponta do *iceberg* que a gente vê no BNDES, quando a gente sabe que esse Porto de Cuba, essa questão de investimento na Venezuela e outros países que a gente não sabe ainda que já foi pedido agora para que sejam tornados públicos os investimentos que eram secretos, até 2025 ninguém poderia saber o que é que está sendo investido nesses países onde, principalmente Cuba, não presta conta de nada, como é que você consegue, é muito fácil do dinheiro ir para lá e esquentar para voltar.

Então, quero deixar aqui a minha indignação, agradecer todos os Deputados que apartearam e desculpem pela minha indignação por essa situação que está acontecendo nesse país, muitas vezes a gente vem aqui na tribuna falar o que muitos brasileiros gostariam de falar, mas não têm essa oportunidade aqui nesta tribuna, respeitando todos, queremos generalizar, mas aqui em Porto Velho Roberto Sobrinho, agora Cacoal já vimos e no país. Então, é difícil você não falar do PT sabendo que acontece todo dia gente nova, situações novas. Então, é difícil para justificar e nós estamos aqui falando e precisamos mudar isso, precisa punir todas as pessoas que colaboraram para isso que aconteceu.

Obrigado.

(Às 17 horas e 03 minutos o senhor Luizinho Goebel passa a presidência ao senhor Jesuíno Boabaid)

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Informar a todos os Deputados, por questão de conveniência técnica, nós vamos suspender a Sessão por tempo indeterminado, para conversarmos na sala de reuniões aqui atrás.

(Suspende-se esta Sessão às 17 horas e 04 minutos e reabre-se às 18 horas e 54 minutos)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está reaberta esta Sessão. No Grande Expediente, por vinte minutos, com apartes, com a palavra o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu venho aqui hoje de forma, porque eu digo o mandato nosso é um mandato transparente, é um mandato que deve dar publicidade para a sociedade rondoniense. É para falar sobre uma matéria que foi noticiada sobre o Ministério Público. O Ministério Público quer que nós assinemos um TAC, Termo de Ajuste de Conduta. O que é um Termo de Ajuste de Conduta? Eles vão ditar regras para esta Casa. Senhores, a questão lá que estão discutindo isso é uma questão da Assessoria Parlamentar.

Eu quero dizer que as Assessorias Parlamentares, a questão dos CDS, que é bem falado, não é só neste Estado de Rondônia, são nos vinte e sete Estados, é na Presidência, é no Senado, é na Câmara, eu não estou falando, e aqui eu quero deixar bem claro que nós não temos que regulamentar questão dos assessores, nós temos que regulamentar, mas é incabível no Estado Democrático de Direito nós, Parlamentares, aceitarmos; aceitarmos que um ente venha e dite regras para nós. Eu estou falando aqui, eu estou dizendo, se isso acontecer neste Parlamento, eu vou buscar, entrar até com uma ação judicial para buscar legalidade disso, porque nós somos eleitos pelo povo, volto a dizer, é uma eleição onde o poder emana do povo, eu não sou cargo concursado, eu tenho hora e data para sair daqui e também não estou dizendo que é para a gente regulamentar, que tem, sim, de moralizar, que tem de dar os devidos encaminhamentos. Agora, o que está acontecendo aqui é outro órgão dizer: “*Olha, tem um procedimento administrativo, um inquérito aberto, e este inquérito aberto só vai finalizar se eu assinar esse termo de ajuste de conduta.*”

Mentira. Quem arquiva processo é Juiz. Ministério Público não tem poder para arquivar nenhum processo, não tem poder para arquivar nenhum processo. Então, quero dizer, é isso, eu sou muito transparente, eu sou muito parceiro com todos aqui nesta Casa, mas eu não vou aceitar, não tenho rabo preso com ninguém e não vou ter, e não tenho medo de falar, não vamos aceitar, é como nós editarmos, chegar lá: “*Olha! A partir de hoje, Ministério Público, vocês vão ter que assinar isso aqui, a partir de hoje, Estado...*”. Não, Poderes são independentes, artigo 7º da Constituição Federal e o artigo 8º da Constituição Federal, independente e autônomos, nós temos autonomia.

Então, eu peço que nós façamos a regulamentação de forma tranquila para que não haja erro também, que nós nos espelhamos na Câmara dos Deputados, analisamos os demais Estados para a gente fazer uma coisa concreta, de forma tranquila. Agora, ninguém vai ter que aceitar pressão aqui, não: “*Olha, se não fizer, a gente não vai propor*”. Não, e quem está falando aqui é o Deputado Jesuíno Boabaid, quem está

falando aqui é uma pessoa que foi diplomada, que foi dado o poder pelo povo, não tenho, falo para Vossas Excelências, amanhã ou depois podem vir, porque parece que esta Casa vive assustada, alguns se sentem assustados: “*Houve operação*”. Que houve operações, mas muitas dessas operações teve Deputado que respondeu aí, que teve sua casa invadida e ao final não teve nenhuma prova.

Então, eu peço cautela, Presidente, e aqui, eu quero deixar claro, cautela nas nossas ações que esse mandato está sendo diferenciado, está sendo diferenciado. Sim, agora a gente tem que ter também primeiro o entendimento entre nós aqui. Espera aí, a Casa aqui é nossa, é do povo, a gente não vai aceitar que venha qualquer... E outra coisa, os Deputados têm autonomia, assim como os Promotores. O Promotor tem autonomia.

(Às 18 horas e 59 minutos o senhor Edson Martins passa a presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jesuino, Deputado Jesuino, o MP não está forçando nada disso, o MP, ele fez uma recomendação, e como outros Estados já têm um TAC.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Um Estado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Um Estado, que é Santa Catarina. E nós precisamos Deputado, todos nós já tivemos problemas com os nossos assessores nesta Casa, nós precisamos definir a função dos nossos assessores, esta Casa não pode chegar alguém no nosso assessor e ele não saber responder o que ele faz como assessor e a maioria dos nossos assessores não sabe dizer qual que é o papel dele como assessor.

Então, é uma recomendação que eu acho que é justa, que esta Casa já devia ter tomado providência há muito tempo. Então, veja bem, em nenhum momento o MP está impondo. O MP está sugerindo. Por quê? Porque eles recebem denúncias de assessor, de pessoas que não sabem a função de um assessor, então se eles têm, eles estão fazendo uma recomendação. Em nenhum momento ele está se impondo e nós temos que tomar essa providência, a nossa assessoria, ela tem que saber da função dela e é isso que nós queremos regulamentar nesta Casa. Essa reunião que nós suspendemos aqui, foi justamente, Deputado, para discutir, para chegar ao meio termo e para que nós aprovemos, via resolução ou que seja Lei, mudando nesta Casa, regulamentando a nossa assessoria, principalmente a assessoria da base, a assessoria que ouve, que está lá na base fazendo todo apanhado político.

Agora, é preciso que os nossos assessores tenham a função definida, essa é a recomendação do MP. E nós, Deputado Luizinho, Deputado, essa é a recomendação e nós precisamos, e esta Casa vai orientar e vai dar um curso para os nossos assessores, Deputado Lazinho, para justamente quando alguém perguntar para ele qual é a função, ele saber, porque não adianta o Deputado Maurão ter um assessor lá em Ministro Andreazza que não sabe a função e que não desenvolve seu papel como parlamentar. Então, essa nossa reunião é uma

reunião interna, que eu acredito que nem precisava vir para ser debatida aqui no Plenário.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Mas já está no site, Presidente, isso já foi noticiado. Quero dizer aqui, não sou contra, foi noticiado em todos os sites, a gente levou essa discussão lá atrás, eu acho que isso aqui não tem nenhum problema se já foi noticiado, não existe nenhum fato, o senhor está falando, eu concordo com o senhor. O que eu estou dizendo aqui é algo que onde se lê Termo de Ajuste de Conduta, esta Casa é soberana e nós temos que impor respeito e o respeito é...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Nós não somos obrigados a assinar. Nós estamos dizendo o seguinte, a sugestão do MP, a recomendação que já outro Estado assinou, por isso que nós estamos discutindo, se V.EXª não concorda, é diferente.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, me conceda uma Questão de Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES - Senhor Presidente, Deputado Luizinho, esse debate, essa reunião que nós tivemos ainda está sendo discutida, vai se sentar, vai se achar um caminho para resolver. O que nós queremos buscar, Presidente Maurão, é a legalidade, Deputado Jesuino, todos querem, esta Casa não vai se ajoelhar para ninguém, nós estamos aqui para exercer o nosso papel. Agora, vamos respeitar a todos os Poderes, vamos usar a arma do diálogo que é o que nós estamos usando, o que nós queremos é fazer a coisa correta. Esses Deputados desta Legislatura, Deputado Edson, como nas outras também deve ter buscado isso, nós estamos buscando a legalidade. Então, eu acho que, Deputado Jesuino, Deputado Hermínio, nós temos que dialogar, buscar um entendimento, buscar o diálogo, o diálogo é a melhor saída para isso.

Então eu acho que esse tema está sendo discutido, eu não entendo o porquê do tema ter vindo a Plenário, porque ele está sendo discutido. Foi marcada outra reunião para amanhã cedo entre os Deputados para discutir, para fazer uma resolução nossa. Essa questão do TAC já ficou definida em nossa reunião...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Ficou definida se eles não aceitarem. Eu quero dizer o seguinte: eles não têm que aceitar nada. A gente falou o seguinte: Eu vou falar alguma coisa, se alguém não compreendeu, eu quero deixar claro, os Deputados, vamos falar aqui em questão de hierarquia. São 24 Desembargadores lá no Tribunal de Justiça, o Estado tem o Governador e nós somos os Deputados eleitos pelo povo. Agora, onde eu posso falar que eu sou Deputado, onde outra instituição diz: “- Olha isso aqui, vocês têm que assinar sob pena de o inquérito tramitar”. Eu respondo não sei quantos processos...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado...

O Sr. Luizinho Goebel – Deputado Maurão, pela ordem, eu gostaria de apartear o Deputado Jesuíno. Eu entendo que o Deputado Jesuíno fala na questão da prerrogativa parlamentar, poder independente não se discute, isso é lei, é constitucional. Mas, no meu entendimento, é salutar o posicionamento do Ministério Público do Estado de Rondônia, quando faz um chamamento a esta Casa para se deliberar de uma matéria que exatamente pertine a esses pares, a esses Parlamentares.

No meu entendimento, a propositura do Ministério Público do Estado de Rondônia nada mais é do que chamar os Parlamentares para uma discussão. E que os próprios Parlamentares busquem uma medida, uma saída para regulamentar aquilo exatamente que nós já temos hoje de direito que são as assessorias parlamentares e técnicas parlamentares. Então, eu só quero dizer que no nosso entendimento o que nós recepcionamos nesta Casa do Ministério Público é a oportunidade e a possibilidade de discutir e regulamentar aquilo que já existe. E no meu entendimento, eu acho isso importante e salutar. Até porque é a primeira vez que eu, particularmente, que tenho sido um Deputado assíduo dentro das ações da Assembleia Legislativa, é a primeira vez que eu vejo a oportunidade de que todos os Deputados estão sentando para debater com profundidade esse assunto e que eu entendo que ele é extremamente importante e necessário, porque é uma forma de que nós, Parlamentares, que a Assembleia Legislativa não seja objeto de achaque e acima de tudo, de dúvida daquilo que nós estamos fazendo, exercendo, e que de fato não esteja claramente amparado por lei.

Então, eu só quero, não discordo de V.Ex^a, Deputado Jesuíno, mas eu entendo que nós precisamos aproveitar essa oportunidade e debater aquilo que é de interesse exatamente dos Pares desta Casa.

Obrigado, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Jesuíno, eu, primeiro, aqui é o seguinte: Primeiro, vamos deixar claro que todos os assessores que nós, Deputados, temos hoje não tem nenhum fora da lei. Nós somos amparados pela lei, nós não estamos descumprindo lei. Agora, se discute a questão de controle, de controle mínimo sobre os assessores. Isso é na Câmara Federal, nas Assembleias do Brasil, todas, parece que com exceção de Santa Catarina, porque parece que fez esse TAC agora e nas Câmaras, enfim, nos municípios e nos Governos, é que ninguém fala. Fantasma, se você for discutir as nomeações no Estado, é lá que o trem é feio, aqui na Assembleia é uma preocupação nossa de ter um controle, eu também defendo o controle, tem que ter um controle nem que seja mínimo. Mas a gente também, nós não podemos, não é fácil você mudar uma cultura ou um trem radicalmente de um minuto para o outro e nós já viemos mudando bastante, nós já viemos mudando muitas coisas aqui, eu acredito sim, eu também defendo que a gente tem que ter, a questão Deputado Maurão não é de nomenclatura, não é isso, não é isso não, não é isso não, não é questão de assessor Parlamentar, assessor técnico, ou coisa parecida, a questão é que eles querem é um controle mínimo, saber o quê que esse assessor parlamentar ou técnico ou qualquer outro bicho, o que ele está produzindo, isso aí dá para a gente discutir, sim, com o Ministério Público, a gente também defende um controle mínimo, TAC, mas dependendo do que está escrito para a

gente, isso pode ser um pouco complicado e eu acredito que o Ministério Público não vai ter dificuldade de fazer esse entendimento conosco. Porque nós, com a resolução, ah, não vai definir. O Deputado do interior pode ter x assessores em sua base, pode ter x na Capital, enfim, isso a gente vai discutir e ver, mas nós não vamos fazer, não tem necessidade de fazermos as coisas tão atropeladas. Vamos conversar com o Doutor Héverton amanhã, com a Doutora Emília e vamos propor um entendimento aí que seja bom para todo mundo, que seja bom para a Assembleia e que seja bom, porque o Ministério Público, pelo que eu estou vendo, o Ministério Público tem até um procedimento de investigação contra essa situação, com relação a esse controle e eles queriam encerrar com o TAC, mas acredito que a resolução, dependendo do que a gente colocar na resolução, Deputado Adelino, todos os Deputados aqui, eu acredito que já seria suficiente, porque só da gente ir avançando aos poucos já seria, mas não vamos criar um cavalo de batalha por causa disso, não, Deputado Jesuíno, essa questão é uma questão, vamos com calma, com muita calma, como diz o cearense, muita calma nesta hora e discutir com os nossos Deputados, não adianta a gente está aqui batendo boca na tribuna com esse assunto, não. Vamos discutir isso com o Ministério Público, lá na reunião interna, e achar um entendimento para que a gente continue trabalhando em paz e produzindo, tentar produzir alguma coisa para este Estado. Porque é difícil produzir, a Assembleia sozinha aqui não produz nada. Nós não temos Governo, nós não temos Executivo. Nós deveríamos estar discutindo aqui é o Estado, as ações, as questões do Estado, nem discute porque parece que não tem Governo. Nós estamos...

O SR. EDSON MARTINS - Questão de ordem, Deputado Jesuíno. Eu só também gostaria de apartear nesse seu discurso. Eu acho que o diálogo é sempre importante, conversar e buscar um entendimento. Agora, eu entendo, Deputado Jesuíno, Presidente, Deputado Maurão, nobres Deputados, que nós precisamos ter realmente o trabalho do Deputado, ele realmente precisa chegar, é tanto que está aí a proposta do voto distrital, aonde a população precisa ser representada em cada região do Estado, lá onde o índio, o indígena tem o seu representante, o ribeirinho, o agricultor lá na parte mais longe que tem no Estado. Eu acho que o técnico para elaborar um projeto precisa ser um profissional da área, um engenheiro, um técnico que tenha condição. Agora, o representante do Deputado, o indígena lá, no ribeirinho, lá na agricultura, na ponta da linha também ouvir o anseio da população e trazer a reivindicação, marcar uma reunião com o Deputado para ouvir a população, isso é importante. É diferente do trabalho, precisa ter esse entendimento também com o Ministério Público que o trabalho deles é um trabalho técnico, todo o corpo, a estrutura de pessoal do Ministério Público precisa ser realmente técnico com formação para que possa fazer o trabalho. Agora, o trabalho do Deputado, principalmente o representante parlamentar é aquela pessoa que representa a população e eu acho que não exige que ele tenha uma formação técnica para elaborar projeto. O Deputado Hermínio, como dizia aqui dessa questão do representante parlamentar, Deputado. Eu entendo que nós precisamos ter esse entendimento, precisamos nos organizar, precisa assinar ponto, precisa prestar

serviço, que ele é pago com dinheiro público. Agora, precisa realmente ter esse entendimento, que o nosso assessor ele não precisa assinar ponto todo dia, ele não precisa ter uma formação acadêmica, como tem o servidor lá do Ministério Público ou do Executivo que presta serviço na saúde ou na educação, ele precisa realmente ter condição para representar. Eu acho que aí quem tem que decidir isso é o próprio parlamentar quem será o seu representante lá nas comunidades, é aquela pessoa que realmente identifica os problemas da comunidade e traz até o Deputado ou leva o Deputado até lá na comunidade para que possa organizar isso aí. Então, eu acho que isso aí é discutir nessa reunião amanhã e que a gente possa ter um entendimento e fazer uma resolução.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Edson, eu queria só fazer um encaminhamento. Como nós ainda não estamos discutindo, eu queria encaminhar para que depois a gente pudesse voltar a discutir aqui na Sala de Reunião essa discussão.

O SR. EDSON MARTINS – Então, eu encerro aqui o meu aparte, eu acho que essa discussão aqui no Plenário, Deputado Jesuíno, talvez seja desnecessária...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Senão eu vou suspender a Sessão e a gente vai voltar ali, se acabar...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu quero dizer o seguinte: eu, por mim, eu tenho autonomia, eu posso falar, desde que não fira, como eu bem disse, aqui é autonomia, parceria, sou companheiro de todo mundo aqui, pode ter certeza que é um parceiro. Agora, a única coisa que eu quero deixar bem claro, vou repetir, os Poderes são autônomos e tem harmonia entre si. Só isso que eu queria deixar aqui. Em nenhum momento sou contra, eu sou o primeiro a abominar realmente, se for para cortar a gente vai fazer e se for para fazer de forma autônoma, a gente discutindo, a gente foi provocado, houve um erro, foi apontado pelo MP: “*Olha, está acontecendo isso*”. Não, o que eu quero deixar na minha fala aqui, foi por conta que eu me senti, e esta Casa, eu me senti como eles impondo algo que nós temos que fazer e jamais, esta Casa sempre foi solidária, os projetos que foram mandados tanto pelo Executivo, tanto pelo Judiciário, tanto pelo próprio MP foi encaminhado, então é isso. Eu acho que a gente já falou, é mais uma forma que foi dada também, que a minha fala, ela, além de ser gravada, ela é dada a devida publicidade. Então, é isso, estou aqui de comum acordo que haja um procedimento nosso para regulamentar, apenas isso, apenas isso que foi falado.

Eu sou muito assim mesmo, eu não tenho e não vou ter jamais isso, um espírito, um sangue de barata, eu não tenho isso, se eu estiver indignado, o meu maior problema é esse, eu falo mesmo, doa onde doer, e é assim, o meu jeito é esse, vou continuar assim, a minha família que fala, minha mulher, minha mãe já faleceu, ela falava: “*O teu maior problema é esse, é falar a verdade, é tu realmente se expor, porque tu sabes as consequências, tu sabes das consequências*”. E com certeza eu posso sofrer retaliações...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado, vou pedir, o seu tempo...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, tranquilo, se é para respeitar o tempo, tranquilo, a partir de hoje qualquer um que passar também eu vou começar a falar. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito à senhora Secretária proceder à leitura das matérias.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO E DEPUTADO CLEITON ROQUE**, concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor Irineu Barbieri.

O SR. ALEX REDANO – Senhor Presidente, Questão de Ordem. Só agradecer a presença na figura ilustre de Ariquemes, o senhor Marinho, grande líder lá da cidade, visitando a nossa Capital. Bem-vindo, senhor Marinho. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – **PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL, AUTORIA COLETIVA**, Acrescenta dispositivo à Constituição Estadual.

- **PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LEO MORAES**, Isenta do pagamento de taxa de 2ª via de documentos furtados ou roubados, em decorrência de alfabetização e para aqueles que apresentarem declaração de hipossuficiência ou documento de cadastramento em programa do Governo Federal.

- **PROJETO DE LEI DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV**, Institui a Região Metropolitana de Porto Velho e dá outras providências.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ**, Requer à Mesa, na forma regimental, Voto de Louvor ao Senhor Manoel Fernandes Teixeira e à Senhora Nair Almeida e Silva Teixeira *in memorian*.

- **REQUERIMENTO DEPUTADO AIRTON GURGACZ**, Requer à Mesa, na forma regimental, Voto de Louvor ao Senhor Roberto Jotão Geraldo.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ**, Requer à Mesa, na forma regimental, Voto de Louvor ao Senhor Raimundo José da Silva, *in memorian*.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ**, Requer à Mesa, na forma regimental, Voto de Louvor ao Senhor José Raul Iglesias Moreda, *in memorian*.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO**, Requer que seja transferida a realização da Sessão Solene no Teatro Banzeiros, em homenagem aos Desportistas do Estado de Rondônia, para o Plenário desta Casa de Leis.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO E DO DEPUTADO JESUINO BOABAI**D, requer à Mesa Diretora que seja realizada Audiência Pública, a ser realizada no dia 20 de agosto de 2015, às 9 horas, para discutir interesse do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CONDEF.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO**, requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de uma Sessão Solene no dia 19 de maio de 2015, às 10 horas, para entrega de Título honorífico ao Juiz Federal Dr. Dimis da Costa Braga.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUINO BOABAI**D, requer Voto de Louvor para o Policial Militar Anderson Alex Magalhães Galvão, do 1º Batalhão do Estado de Rondônia, pelo ato de bravura realizado nesta Capital, no dia 24 de abril de 2015.

- **PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO DO DEPUTADO JESUINO BOABAI**D, acrescenta e altera dispositivos à Constituição Estadual.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEO MORAES**, indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Magé, entre a Rua Orquídeas e Rua Açaí, Bairro Eldorado, Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEO MORAES**, indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Mequens, entre a Rua Orquídeas e Rua Açaí, Bairro Eldorado, Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEO MORAES**, indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Ique, entre a Rua Orquídeas e Rua Açaí, Bairro Eldorado, Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEO MORAES**, indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Cravo, entre a Rua Orquídeas e Rua Açaí, Bairro Eldorado, Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEO MORAES**, indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Orquídea, entre a Rua Jatuarana e Rua Aquariquara, Bairro Eldorado, Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEO MORAES**, indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Orquídea, entre a Rua Pau Ferro e Rua Araras, Bairro Eldorado, Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEO MORAES**, indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua

Jacundá, entre a Rua Vitória Régia e Rua Orquídeas, Bairro Eldorado, Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEO MORAES**, indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Candeias, entre a Rua Vitória Régia e Rua Orquídeas, Bairro Eldorado, Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEO MORAES**, indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Margarida entre a Rua Vitória Régia e Rua Orquídeas, Bairro Eldorado, Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEO MORAES**, indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Vitória Régia, entre a Rua Pau Ferro e Rua Araras, Bairro Eldorado, Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEO MORAES**, indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Vitória Régia, entre a Rua Jacundá e Rua Aquariquara, Bairro Eldorado, Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEO MORAES**, indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Garças, entre a Rua Açaí e Rua Monteiro Lobato, Bairro Eldorado, Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEO MORAES**, indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Rajá, entre a Rua Juventus e Rua Vitória Régia, Bairro Eldorado, Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEO MORAES**, indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Açaí, entre a Avenida Jatuarana e Rua Araras, Bairro Eldorado, Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO**, indica ao Sr. Governador do Estado a necessidade de recuperação da linha 02/marco 20 PA – Menezes Filho, com extensão de 12 km, Linha Darlan PA Reviver/extensão de 09km e Linha da Confusão PA Reviver/extensão 11 km no Município de Buritis.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE E DEPUTADO SÓ NA BENÇA E DEPUTADA LÚCIA TEREZA**, indica ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte - DER, a necessidade de viabilizar o asfaltamento da rodovia estadual RO-133, conhecida como *Estrada do Calcário*, que interliga o Município de Espigão D'Oeste à Usina do Calcário.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES**, indica ao Poder Executivo Estadual alterar o artigo 3º da Lei Complementar nº 478, de 29.09.2008, que alterou e acrescentou dispositivo da Lei Complementar nº 292/2003 – FITHA.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO**, indica ao Poder Executivo, com cópia ao Departamento de Estradas

de Rodagem – DER, a necessidade urgente do Patrolamento das Linhas 153 e 204, do município de Ouro Preto do Oeste, no trajeto até o distrito de Rondominas.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR**, indica ao Governo do Estado, com cópia ao IDARON, a necessidade urgente que fiscalize a Instrução Normativa nº 001/2013, que trata do vazio sanitário.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDSON MARTINS**, indica ao Exmº Sr. Governador Confúcio Moura a necessidade de criação de uma equipe dentro do LACEN/RO formada por Mestres, Doutores e Pós-Doutores, funcionários do Estado, com o fim de implantar métodos de diagnósticos de doenças que atualmente não são realizados em Rondônia, desenvolvendo ainda atividades de pesquisa voltadas às demandas do Estado de Rondônia.

- **INDICAÇÃO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA**, indica ao Exmº Sr. Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Diretor do DER, a necessidade de 5 quilômetros de asfalto para atender os distritos de Canelinha, Nova Esperança, Boa Vista e Pacarana, no município de Espigão do Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL**, indica ao Governador do Estado de Rondônia interceder junto aos órgãos competentes a construção da quadra poliesportiva na Escola Estadual Irmã Dorothy, localizada no município de Presidente Médici.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL**, indica ao Governador do Estado de Rondônia interceder junto aos órgãos competentes a reforma e ampliação da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, localizada no município de Candeias do Jamari.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES**, indica ao Poder Executivo estadual que seja concedido o vale alimentação proposto na Lei nº 794/98 a todos os servidores lotados no Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO**, indica ao Poder Executivo, com cópia à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, a necessidade da reforma das instalações físicas da Escola Marechal Costa e Silva, do Distrito de Bom Jesus, no município de Jaru.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO DR. NEIDSON**, indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia aos órgãos competentes, a necessidade em disponibilizar instrumentos musicais de fanfarras para os Núcleos de Apoio das Escolas Estaduais localizadas no município de Guajará-Mirim.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO DR. NEIDSON**, indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia aos órgãos competentes, a necessidade de construção de quadra coberta para atender a E.E. E.F Salomão Justiniano de Melgar, localizada no distrito de Surpresa, em Guajará-Mirim.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO DR. NEIDSON**, indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia a necessidade de disponibilizar um micro-ônibus para a instituição de acolhimento Doce Lar no intuito de atender crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, no município de Guajará-Mirim.

Lidas as matérias, Sr. Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu quero aqui registrar a presença do Vereador Presidente da Câmara Municipal de Ministro Andreazza, da minha cidade, Vereador Japão, está aqui no Plenário; Vereador César, também está aqui, e o Vereador Eliseu, os três Vereadores da cidade de Ministro Andreazza. Bem-vindos a esta Casa e sintam-se à vontade neste Plenário.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Só cumprimentar também os companheiros lá de Vilhena, o Barreiras, que é uma liderança da nossa cidade de Vilhena, e também o Rodrigo, que é uma liderança de uma linha rural lá do município de Vilhena.

O SR. CLEITON ROQUE – Pela Ordem, Sr. Presidente. Só cumprimentar também o Vereador Roberto, do município de Chupunguaia, aqui presente também, agradecer pela presença.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas. Antes da leitura, nós temos um projeto aqui que é da Defensoria Pública, um projeto de lei de suplementação de dois milhões e setenta. Esse projeto, o Defensor Geral esteve aqui no gabinete pedindo que a gente votasse, que ele alega que já faz dias que está aqui, de 28 de abril. Na verdade, eu queria até consultar aqui os Deputados, como não passou pela Comissão, se os Deputados acharem que deve colocar em votação, coloca, senão eu tiro. Deixar para frente? Então está bom, então vai para as Comissões. Proceda à leitura, Secretária.

SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO, requer que seja transferida a realização da Sessão Solene no Teatro Banzeiros, em homenagem aos desportistas do Estado de Rondônia, para o Plenário desta Casa de Leis.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o requerimento que acaba de ser lido. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID, requer Voto de Louvor para o Policial Militar Anderson Alex Magalhães

Galvão, do 1º Batalhão do Estado de Rondônia, pelo ato de bravura realizado nesta Capital, no dia 24 de abril de 2015.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o requerimento do Deputado Jesuíno. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de uma Sessão Solene no dia 19 de maio de 2015, às 10:00 horas, para entrega de Título Honorífico ao Juiz Federal Dr. Dimis da Costa Braga.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o requerimento que acaba de ser lido. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ, requer à Mesa, na forma regimental, Voto de Louvor ao senhor Raimundo José da Silva, *in memorian*.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Deputado Airton Gurgacz. Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ, requer à Mesa, na forma regimental, Voto de Louvor ao senhor José Raul Iglesias Moreda, *in memorian*.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento que acaba de ser lido. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ, requer à Mesa, na forma regimental, Voto de Louvor ao senhor Manoel Fernandes Teixeira e à senhora Nair Almeida Silva Teixeira, *in memorian*.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Requerimento que acaba de ser lido. Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ, requer à Mesa, na forma regimental, Voto de Louvor ao senhor Roberto Jotão Geraldo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Requerimento que acaba de ser lido. Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO E JESUÍNO BOABAID, requer à Mesa Diretora que seja realizada Audiência Pública, a ser realizada no dia 20 de agosto, às 09 horas, para discutir interesses do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CONDEF.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Requerimento que acaba de ser lido. Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/15 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, altera dispositivos do Regimento Interno.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Resolução nº 012/15 do Deputado Maurão de Carvalho, com Parecer das Comissões pertinentes. Em discussão única e votação o Projeto de Resolução nº 012/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o Projeto. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/15 DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO E DEPUTADO CLEITON ROQUE, concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao senhor Irineu Barbieri.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto Decreto Legislativo do Deputado Lazinho da Fetagro e Deputado Cleiton Roque. Projeto de Decreto Legislativo nº009/15, o Projeto encontra-se sem o Parecer das Comissões de Educação e Cultura. Solicito ao Deputado Marcelino Tenório que emita o Parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Projeto de Decreto Legislativo nº 009/15, de autoria do Deputado Lazinho da Fetagro e Deputado Cleiton Roque, que concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao senhor Irineu Barbieri.

Para que todas as pessoas aqui presentes nesta Casa saibam, o Doutor Irineu Barbieri foi uma das pessoas que

conduziu o processo que resultou que hoje o Estado de Rondônia, Deputado Saulo, tem vacinação, está livre de febre aftosa com vacinação, então é muito justo que o Estado de Rondônia, esta Assembleia, Deputado Hermínio, conceda esse Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao senhor Irineu Barbieri.

Pela legalidade, constitucionalidade do Projeto, meu Parecer é favorável à aprovação do Projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Parecer favorável do Deputado Marcelino Tenório. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Para discutir, Presidente.

SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ainda para discussão, o Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Para discutir, eu quero parabenizar, com certeza está sendo feita uma homenagem na Comissão de Agricultura, inclusive era para nós termos uma indicação minha e a pessoa que merece. Inclusive, lembrar aqui do Bianco, que foi ele quem buscou o Barbieri lá em Mato Grosso para trazê-lo para Rondônia e implantou toda legislação do IDARON, hoje. Então, quero dizer e parabenizar por essa homenagem que nós estamos fazendo. O Deputado Lazinho e o Deputado Cleiton assinaram, mas eu também no dia fui eu quem levantei essa hipótese e que deveria ser homenageado também o Bianco, se o Bianco não fosse buscar, talvez ele não tivesse vindo. Então, talvez não, certeza de que ele não teria vindo. Implantou o IDARON, um dos poucos órgãos que foi implantado até hoje, fez um trabalho excelente, e também merece toda atenção. E se ele conseguir, está com um problema de doença, mas se ele conseguir vir a Ji-Paraná, Deputado, e se pudermos trazer ele para receber esse título, com certeza é um título que ele merece pelo trabalho que ele fez até hoje no Estado de Rondônia, ele implantou e está funcionando até hoje.

Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em discussão e votação. Encerrada a discussão, em votação. A votação será nominal. O painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim

- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosangela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 15 votos favoráveis, está aprovado o Projeto. Vai ao Expediente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, Deputado Maurão, o Projeto, a Emenda que garante a segurança do Procurador Geral no final do mandato pelo período que ele ficou à frente do Ministério Público está na pauta, na Ordem do Dia?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está na pauta, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só lembrando que eu vou, com todo o respeito, Deputado Hermínio, mas eu vou, peço já de antemão que tramite nas Comissões, ou senão vou pedir vista.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Jesuíno, a questão é a seguinte, Deputado Jesuíno: se nós aprovarmos essa Lei depois do dia 15, se nós aprovarmos a Lei depois do dia 15, que na próxima Sessão Ordinária, depois de amanhã, amanhã ainda tem ordinária, aí só na outra semana, já tem encerrado o mandato. E isso aí eu falei, inclusive eu falei hoje na Sessão pela manhã que nós íamos, não é justo o Dr. Héverton depois de todo o trabalho que ele fez de combate à corrupção neste Estado, ficar à mercê, à míngua, sem segurança nenhuma. A gente está fazendo a Lei específica para ele, para ele e para os outros Procuradores que vierem combater a corrupção neste Estado. Eu acho, eu poderia ter feito essa Lei para me beneficiar no final do meu mandato, eu não fiz, não fiz, porque a Assembleia hoje, a Assembleia me garante uma segurança básica, eu tenho uma estrutura minha que eu posso colocar uma segurança para mim, o Dr. Héverton não tem, por isso, Deputado Jesuíno...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – A hora que chegar a pauta, a hora que chegar aí abre a discussão do Projeto.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Vocês já estão falando, no sentido aqui de o Deputado Jesuíno já ir repensando aí meu companheirinho para ver se a gente consegue aprovar esse trem hoje.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) - PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 005/15. AUTORIA COLETIVA. Acrescenta dispositivo à Constituição Estadual.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A Proposta de Emenda Constitucional nº 005/15 encontra-se sem parecer da Comissão de Justiça.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, Sr. Presidente? Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Também eu gostaria que esse Projeto tramitasse nas Comissões, eu acho que nós temos as Comissões para ser tramitado e é uma Proposta Coletiva de Emenda à Constituição, eu acho que tem que ser debatido nas Comissões, nas Comissões pertinentes para vir ao Plenário para aprovação.

O SR. HERMÍNIO COELHO – A questão é essa, nós vamos, eu, se for para tramitar eu retiro o Projeto, pode rasgar o Projeto que eu não quero mais o Projeto. Porque eu não vou fazer Projeto para beneficiar quem? O Projeto eu falei e estou falando aqui claro ...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Que Projeto é esse, Deputado Hermínio?

O SR. HERMÍNIO COELHO – É esse Projeto aí, não é isso? Se for para tramitar a partir da semana que vem, para mim o projeto não interessa, pode rasgar que eu não preciso.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Na verdade, se aprovar hoje, não é, Deputado Hermínio, aí assim que ele sair do cargo, ele continua com a segurança dele. Eu queria pedir aos Deputados, ao Deputado Laerte, ao Deputado Jesuíno, que entendessem o Projeto que é da autoria do Deputado Hermínio...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, é autoria Coletiva.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É, Coletiva. Na verdade...

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, eu não sou contra o Projeto, eu só acho que nós estamos começando a abrir precedentes, aqui tem dois, tem outro Projeto aqui do Deputado Jesuíno que está aí para ser votado também e que também tem que passar pela Comissão. Eu acho, eu entendo o Deputado Hermínio e respeito, eu não sou contra, só que devia ser pensado isso antes. No último dia vai fazer tudo? Não se passa mais pelas Comissões os Projetos? Eu não sou o empecilho, se a maioria da Comissão de Constituição e Justiça resolver que se dê o parecer aqui, Deputado Hermínio, não tenho nada contra, eu só acho que os Projetos têm que tramitar nas Comissões pertinentes. Nós estamos falando hoje, foi discutido aqui já, ali na reunião no fundo, sobre essas questões, foi aqui

feito um discurso pelo Deputado Jesuíno sobre as questões de assessores, dessa situação toda e as Comissões nossas têm que funcionar.

Então, se existem as Comissões, é para funcionar. Dar parecer em Plenário existe um acordo aqui nesta Casa que é estritamente questão urgente. Não estou dizendo que essa não seja, mas faltou planejamento lá atrás então. Se apresenta há 15 dias, há 20 dias, um mês, não estava acontecendo nada disso, mas eu não sou empecilho para isso. Se o Deputado Jesuíno abrir mão de tramitar na Comissão, Deputado Hermínio, eu também abro, não tem problema, eu só acho que tem que passar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Laerte, diante da vossa palavra, eu quero, Vossa Excelência pediu que consultasse a Comissão de Justiça, eu queria consultar o Plenário.

Se os Deputados favoráveis que votam o Projeto agora, que está em pauta, permaneçam como se encontram e os contrários que se manifestem à aprovação do Projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Mas, espera aí, espera aí. Vai discutir o Projeto primeiro. Porque aí há oportunidade de eu tirar outros projetos também, não é assim.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não, eu estou colocando...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Ah! Está. Então...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu estou colocando, eu estou colocando...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Em discussão...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Se vai para Comissão ou se vai votar. Se for votar, os Deputados permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, a única coisa que a gente tem que colocar aqui, Deputado Hermínio, a minha PEC que está aí tramitando, que é a nossa PEC, “dispõe sobre um Projeto de recomendações”. Se a gente for levar por essa ótica, no Ministério Público existe uma Assessoria Militar que também tem efetivo lá, é isso que eu estou falando, ninguém está falando sobre isso, a gente está brigando tanto pelo efetivo e a gente vai propor essa questão.

Então, o que o Deputado Laerte está colocando é isso. E sobre essa PEC que está tramitando, que é nossa “questão de recomendações”, é para a gente como fiscal, a gente como controlador do Estado, se é para tramitar dessa forma, então são duas questões: uma inerente ao poder do Parlamentar e a outra situação que a gente está concedendo. Então é isso. Se é para discutir, se é a questão como o Deputado Laerte está falando, se é para discutir uma questão de uma forma ampla, eu não estou falando, se o Projeto passar, ele vai ter o direito, ele vai ter o direito, não vai discutir isso não. Agora, toda vez que a gente está discutindo... E outra coisa, eu quero

deixar bem claro, isso aqui não é rancor, não é mágoa de ninguém, não, viu, eu sou muito técnico na situação nossa, eu coloco uma situação bem tranquila.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Jesuíno, o seu Projeto Vossa Excelência pode pedir para colocar em pauta que a gente vota. Vai chegar Projeto do Governo aqui, projetos polêmicos e que precisaria de... E vai ser pedido para votar no dia e eu não vou fazer nenhum tipo de... porque eu estou colocando uma condição aqui.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Hermínio, Deputado Hermínio...

O SR. HERMÍNIO COELHO - Esse Projeto, se não fosse essa questão do prazo do dia 15, no final do mandato do Dr. Héverton, para mim podia rolar um mês, dois meses na Comissão, a questão que estou colocando, que não é uma situação normal, se for para pedir vista, o Projeto está enterrado, aí é como eu lhe falei, é diferente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Lazinho, eu só queria consultar o Plenário, porque depois vai para discussão.

O SR. LAERTE GOMES - Senhor Presidente, já foi autorizado pelo Plenário, vamos colocar em votação então. O Plenário já autorizou.

O SR. HERMÍNIO COELHO - E o Projeto do Deputado Jesuíno...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Designar aqui o Deputado Adelino para emitir o parecer.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Maurão, só quero deixar claro aqui que aqui na nossa Assembleia, aqui não tem problema nenhum, aqui, se nós, se os Deputados entenderem que nós temos que votar Projeto sem passar por Comissão, nós votamos, não precisa a gente fazer essa... parece birra, não precisa disso, nós aqui, nós somos companheiros, somos amigos, eu jamais vou prejudicar um Projeto de um companheiro aqui, por mais que eu seja até contra, mas eu não vou prejudicar o Projeto de um colega.

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Hermínio, não é questão de birra, isso não é birra, isso foi um acordo que foi feito aqui de só votar Projeto. Eu acho que o seu pleito, Deputado Hermínio, é justíssimo, eu concordo, voto parecer, inclusive eu até pedi uma questão de ordem, até entendi que o Projeto era do Deputado Jesuíno, eu pedi uma questão de ordem nesse sentido, tinha até falado para ele, eu vou pedir no teu Projeto para que seja tramitado nas Comissões, eu não tinha pegado o número. Mas não é questão de birra não, é questão de um acordo que foi feito. Entendo a urgência, e já retirei a minha questão de tramitar na Comissão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Hermínio, Deputado Lazinho...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Laerte, eu não sei nem onde eu arrumei esse negócio, mas é como eu falei para V. EX^a, aqui na nossa Casa...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deixa o Deputado Adelino dá o parecer e aí V. EX^a discute.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, eu não estou mais discutindo o Projeto, não, Deputado Maurão, eu estou só dizendo, essa questão de funcionário não tem que vir, isso aqui tem que acontecer do jeito que o entendimento for dos Deputados de entender que tem que votar aqui na hora vota.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado, eu queria primeiro dizer que eu acho que aqui todo mundo tem o mesmo direito, quando pede uma questão de ordem, nós temos que respeitar. São vinte e quatro Deputados, e todos em dado momento, podem trazer algo de emergência aqui. Como o Governo traz e até agora a gente tem feito da melhor forma possível para poder aprovar do Governo, do Deputado Maurão, do Deputado Laerte, do Deputado Hermínio, se for para voltar a cumprir o Regimento que não seja hoje, vamos sentar e todos os Deputados, vamos cumprir o Regimento, até agora tem-se feito assim. Infelizmente, está errado, está descumprindo o Regimento? Está descumprindo o Regimento, agora, não é hoje que vai voltar a cumprir o Regimento, para isso nós temos que sentar naquela sala ali atrás e cumprir o Regimento em todos os sentidos. E aí vai chegar ao Governo, um Projeto do Governo de imediato ou de uma ação igual foi feita, Deputado Adelino, outro dia aqui para os servidores públicos de última hora, em duas horas convocou-se uma Sessão e aprovou-se um Projeto.

Então, eu acho que nós temos que ter um bom senso, e eu não quero dizer que é birra, não é birra, de forma nenhuma, porque todos os Deputados têm o mesmo direito e o mesmo valor aqui. Agora, não é esse, que se não votar hoje, perde o que está no Projeto que a gente vai tirar fora. Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Para emitir o parecer, Deputado Adelino Follador, pela Comissão de Justiça.

SR. ADELINO FOLLADOR – Proposta de Emenda Constitucional nº 005/15, a Emenda é Coletiva. Acrescenta dispositivo à Constituição Estadual. Então, nós somos de parecer favorável à aprovação pela Comissão de Redação e Justiça. Somos de parecer favorável.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do eminente Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação. O Painei já está aberto.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, só uma Questão de Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. EDSON MARTINS – Está em discussão ou vai votar?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está em votação.

O SR. EDSON MARTINS – Não, mais não está em discussão o Projeto?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pode discutir, Deputado Edson.

O SR. EDSON MARTINS – Esse Projeto, Deputado Maurão, é o Deputado Hermínio que coloca segurança à disposição do Procurador, é isso?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É.

O SR. EDSON MARTINS – Certo. Só porque eu sai aqui, estava atendendo telefone. Ele marca quantidade de pessoas, Deputado Hermínio? V. EX^a, que é autor do Projeto, tem quantidade de pessoas para ficar ou não tem, como que é?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, não tem quantidade. E eu queria dizer o seguinte: quando o nosso companheiro, meu companheiro Deputado Jesuino coloca que o Ministério Público tem uma Assessoria Militar, é lógico que tem, mas a Assessoria Militar não é do Doutor Héverton é lá do Ministério Público é mesma coisa daqui da Assembleia, a Assessoria Militar que tem aqui é no comando da Presidência, o Doutor Héverton, por exemplo, vai ficar sem nenhuma segurança, sem nenhum, pelo menos é o que está colocado aí, pelo Ministério Público. Por isso que a gente está colocando, é que garante, que garanta, agora pode ser o Ministério Público, pode ser o Estado, que garanta a segurança tanto para ele como para a família dele, mora na periferia, mora em ruas sem asfalto, escura, cheia de mato e que mexeu com muita gente neste Estado, e não mexeu dando calote ou cantando a mulher de ninguém, mexeu combatendo, como ele combateu esse rolo que todo mundo estava parabenizando ele, lá de Cacoal.

O SR. EDSON MARTINS – Deputado Hermínio, só para deixar bem claro, quando Vossa Excelência propôs aqui o Projeto para tirar realmente o segurança do ex-Governador Ivo Cassol, na época, lembro muito bem que impôs que apresentasse uma Emenda que estipulasse número, quantidade, na época, parece que ficou quatro pessoas à disposição, o meu questionamento só que ali parece que não tem a quantidade de segurança, pode ser um, podem ser dez. Porque eu não sei nem se cabe uma Emenda neste momento, mas eu acho que hoje toda população do Estado...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Deputado Edson, não cabe mais emenda. O Deputado Hermínio explicou muito bem, gente, a segurança é da Defensoria, quem vai designar é o próximo Presidente, Procurador Geral, e aí é uma questão interna deles.

O SR. HERMÍNIO COELHO – O Estado hoje, os ex-governadores não têm mais segurança, não, o governo Confúcio mandou para

cá e nós derrubamos, ninguém tem mais segurança aqui no Estado.

O SR. EDSON MARTINS – Era só este meu questionamento. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Mas ele ainda está em questão de retirada de pauta, isso eu quero deixar claro, em respeito, eu quero falar para V. EX^a, em respeito aos Parlamentares que se encontram aqui, eu quero dizer isso aqui, a gente está aprovando esse Projeto do Procurador, mas se o Governador pedir ou qualquer um desses que estiverem aqui, o Presidente que estiver naquela cadeira pedir, nós temos que abrir precedentes, isso é uma precedência que tem que ser alertada para todos. É incabível também a pessoa que estava ali na cadeira, fez uma série de denúncias, não ter também a sua segurança, então que fique consignado isso, já que não pode mais...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Deputado Hermínio é um que precisava, mas ele que abriu mão.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Era para ter. Então a gente tem que discutir isso, ali está dando 12, tem que ter 16. Está faltando voto.

O SR. HERMÍNIO CARVALHO – Tem que ter 16 votos.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Eu vou votar em respeito, porque já houve a situação aqui de outras questões, mas que fique aqui consignado, se qualquer um, seja o Governador pedir segurança, seja Assembleia ou outro Poder, a gente tem que disponibilizar, depois não vem com o discurso que a gente tem que tirar.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Tem se ele merecer, se o Confúcio Moura merecer segurança, eu também vou votar a favor. Agora, o Confúcio Moura, os bandidos do Estado são amigos dele, como é que ele vai dar segurança para ele.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Governador Confúcio não fez mal para nenhuma mosca.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Ele como Governador já tem lá todo o Comando da Polícia Civil e Militar como segurança dele. Agora, companheiro, se Vossa Excelência, se toda hora que Vossa Excelência pedir e combater a bandidagem deste Estado, Vossa Excelência pedir segurança aqui, eu defendo em todo canto, tanto Vossa Excelência como qualquer Deputado, como qualquer cidadão deste Estado que combate.

O SR. AÉLCIO DA TV – Presidente, eu quero discutir sobre o Projeto. Eu não vejo porque acirrar os ânimos por uma coisa que eu acho assim da maior simplicidade, o Presidente do Ministério Público, principalmente com o trabalho que foi feito com esse grupo de operações dele, do GAECO, eu vejo assim com maior naturalidade ele necessitar de segurança depois que termina o seu mandato e até mesmo durante o mandato de todos os Procuradores, haja vista o que aconteceu essa

semana em Pimenta Bueno, o que vem acontecendo, a ameaça a estes homens do Ministério Público, do Judiciário, eu acho que é o mínimo que a sociedade pode oferecer para alguém que se propõe a combater o crime, é o mínimo que se pode oferecer é segurança para ele.

Então, eu não vejo nada, absolutamente nada de anormal, isso aqui não justifica de dizer: “– Ah! Mas nós não vamos dar porque a população não tem”. Eu acho vergonhoso a população não ter segurança, acho vergonhoso, acho que o mínimo que o cidadão tem que ter é a sua segurança, acho que o mínimo que o pequeno comerciante que hoje trabalha nos seus pequenos mercadinhos na periferia, trabalham presos e o bandido solto, o que eles têm que ter segurança, mas uma coisa não justifica a outra. Ah, porque não tem a segurança, porque a segurança está com número reduzido, porque nós estamos com o efetivo da metade do que deveria, aí as autoridades que combatem o crime, não, nós não podemos dar para ele, não. Ele não merece? Por quê? Ele está exposto pela sua atividade, ele está exposto a sua segurança, sua e da sua família, ele está exposto, eu acho merecedor, acho justo, eu não vejo, para mim é sem discussão a necessidade, para mim não merece nem um tipo de discussão, discutir sobre o Estado pode dar segurança ou não para um Juiz, para um Promotor que se propõe na sua atividade normal combater a corrupção, como é feito com o Ministério Público faz aqui em Rondônia.

(Às 19 horas e 57 minutos o senhor Maurão de Carvalho passa a presidência para o senhor Laerte Gomes)

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, senhor Deputado. Proclamar o resultado.

O SR. DEPUTADO JEAN DE OLIVEIRA – Só para finalizar a discussão, ainda na discussão, Deputado Laerte, queria aqui lembrar que foi discutido há quatro anos a lei que dava segurança para o ex-Governador Ivo Cassol, e o nosso Deputado Hermínio Coelho foi o proponente da extinção dessa lei. Eu queria pedir, Deputado Hermínio, que ao invés de criar uma emenda à Constituição assegurando esse direito ao Procurador Geral, como às vezes o próprio Presidente do Tribunal de Justiça, ou o próprio Presidente da Assembleia Legislativa, que a gente possa modificar aquela lei já existente, dos ex-Governadores, que a gente possa colocar junto a essa lei o Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente da Assembleia, o Presidente do Tribunal de Contas e o Procurador Geral do Ministério Público, dessa forma a gente conseguiria fazer um Projeto de Lei, que aquele projeto de lei, apesar de eu ser contra, mas aquele projeto de lei visa o mínimo para a segurança dessas autoridades.

Então, no meu ponto de vista, é melhor do que uma emenda à Constituição, que deixa vago quantos profissionais, quantos policiais essa autoridade irá, ou ex-autoridade irá ter como seus seguranças. Então, fica vago demais a emenda à Constituição, podendo assim o próprio Ministério Público propor uma ação na Justiça pedindo 20, 30, 40, 50 policiais militares. Só esse ponto de vista que eu gostaria que ficasse registrado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Senhor Deputado, em segunda votação cabe emenda, Senhor Deputado, se V.Ex^a, assim quiser.

Aqui a votação já está encerrada, nós vamos proclamar o resultado da votação.

Com 17 votos SIM, foi aprovado em primeira discussão e votação. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – PROJETO DE LEI Nº 051/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM – 064 – Acrescenta, altera e revoga dispositivos à Lei nº 3511, de 03 de fevereiro de 2015.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O Projeto de Lei nº 051/15, já se encontra com os pareceres das respectivas Comissões, Justiça e Finanças, com os pareceres favoráveis. Em primeira discussão e votação Projeto de Lei nº 051/15. Em discussão. Não havendo discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 006/15 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID, acrescenta e altera dispositivos à Constituição Estadual.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Encontra-se sem parecer. Tem que dar parecer pela Comissão de Constituição e Justiça. O Deputado Marcelino Tenório para dar o parecer. O Deputado pede, solicita que seja transitado pelas Comissões. Colocaremos à votação do Plenário.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Proposta de Emenda Constitucional nº 006/15, de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid, que acrescenta e altera dispositivos à Constituição Estadual. Pela legalidade, Senhor Presidente, pela legalidade e constitucionalidade do projeto, o meu parecer é favorável pelas Comissões permanentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do relator, Deputado Marcelino Tenório, com parecer favorável. Os Deputados favoráveis ao parecer permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação a Proposta de Emenda Constitucional. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. O painel já está aberto senhoras e senhores Deputados. Precisa de 16 votos para aprovação

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu como confio bastante no Deputado Jesuíno, estou votando sem saber nem o que é. Eu pediria para ele ir à tribuna ou daí mesmo de onde ele se

encontra e dizer o que é, o que é que nós estamos votando, o que foi que eu votei.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Dois minutos para explicar o projeto, Deputado, dois minutos sem direito a apartes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Esse projeto trata de algo que a gente discutiu muito, tanto com as pessoas no campo legislativo, os técnicos, apenas para que haja o poder do Deputado expedir recomendações, Deputado, expedir recomendações. E também existe uma alteração onde a gente vai sustar os atos que vão de encontro, que ferem as normas. Então, não existe nada, é algo a mais para a gente poder legislar, onde as Comissões poderão expedir recomendações para o órgão público. Exemplo, chega ao hospital, encontra lá aquela devassa. A gente vai poder expedir recomendações para o diretor: “*Olha, não faça isso*”. Sob pena da gente poder enquadrar ele em crime de responsabilidade, aí a gente vai enquadrar também, chamar as pessoas, no caso, o Ministério Público para encaminhar os devidos encaminhamentos, no caso, as denúncias. É só isso.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Votei no escuro e acertei. Muito bom o projeto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

Proclamo o resultado.

Com 17 votos SIM, matéria aprovada em primeira votação. Vai à segunda votação.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – REQUERIMENTO DA DEPUTADA ROSÂNGELA DONADON, Dispensa de Interstício. Senhor Presidente, requeiro à Mesa, nos termos do parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação do Projeto PEC nº 006/15.

Plenário das deliberações, 12.05.2015 e PEC nº 005/15.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o requerimento da Deputada Rosângela Donadon. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Matéria aprovada.

Próxima matéria, senhora Secretária.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – Esgotadas as matérias da Ordem do Dia, senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passaremos às Comunicações Parlamentares. Não há Oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para, no prazo de dois minutos, com a finalidade de apreciar em segunda discussão e votação as matérias aprovadas nessa Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 20 horas e 10 minutos)

ASSESSORIA DA MESA

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA NONA LEGISLATURA

Aos dezenove dias do mês de maio do ano dois mil e quinze, às dezoito horas e trinta e dois minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência da Senhora Deputada Glaucione – 2ª Secretária; Secretariada pelo Senhor Deputado Cleiton Roque; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Alex Redano, Cleiton Roque, Dr. Neidson, Ezequiel Júnior, Hermínio Coelho, Jesuíno Boabaid, Lazinho da Fetagro, Léo Moraes, Luizinho Goebel, Marcelino Tenório, Maurão de Carvalho, Ribamar Araújo, Saulo Moreira, Só na Bença e Senhoras Deputadas Glaucione e Lúcia Tereza; e ausências dos Senhores Deputados Airton Gurgacz, Edson Martins, Jean Oliveira, Laerte Gomes, Lebrão e Senhora Deputada Rosângela Donadon. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. O Senhor Secretário procedeu à leitura das indicações dos nomes dos Senhores Deputados Alex Redano, Jesuíno Boabaid, Léo Moraes, Ezequiel Júnior e Adelino Follador para comporem a Comissão

Especial com a finalidade de averiguar a situação agrária de Linha MA 28, no município de Machadinho do Oeste. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foram aprovados em segunda discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos, os seguintes **Projetos de Leis Ordinárias nºs.: 063/15** de autoria do Deputado Hermínio Coelho que “Declara de utilidade pública a Associação dos Membros da Defensoria Pública do Estado de Rondônia – AMDEPRO”; **1386/14** de autoria do Deputado Adelino Follador que “Declara de utilidade pública a Associação dos Idosos de Alto Paraíso, no município de Alto Paraíso”; **084/15** de autoria do Poder Executivo/M 083 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro até o montante de R\$ 6.444.500,00 em favor da unidade orçamentária Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON”, com um voto contrário do Deputado Jesuíno Boabaid; **090/15** de autoria do Poder Executivo/M 093 que “Autoriza o Poder Executivo a criar o programa Emergencial de Transferência de Renda, em cumprimento a Ação de Reintegração de Posse nº 2220.68-2013.401.4100, relativa à desocupação de imóvel de propriedade da União, destinado à construção da Estação de Tratamento de Esgoto da Zona Sul, denominada ETE/SUL”; **091/15** de autoria do Poder Executivo/M 094 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 1.000.000,00 em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS”. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão ordinária para o dia 20 de maio, no horário regimental, às 09:00 horas. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Plenário das Deliberações às dezoito horas e trinta e oito minutos do dia dezoito de maio do ano dois mil e quinze.

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA NONA LEGISLATURA

Aos vinte dias do mês de maio do ano dois mil e quinze, às doze horas e três minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Maurão de Carvalho – Presidente; Secretariada pelo Senhor Deputado Cleiton Roque; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Alex Redano, Cleiton Roque, Dr. Neidson, Jesuíno Boabaid, Léo Moraes, Luizinho Goebel, Marcelino Tenório, Maurão de Carvalho, Ribamar Araújo, Saulo Moreira, e Senhoras Deputadas Glaucione e Lúcia Tereza; e ausências dos Senhores Deputados Aécio da TV, Ailton Gurgacz, Edson Martins, Ezequiel Júnior, Hermínio Coelho, Jean Oliveira, Laerte Gomes, Lazinho da Fetagro, Lebrão, Só na Bença e Senhora Deputada Rosângela Donadon. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foram aprovados em segunda discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos, os seguintes **Projetos de Leis Ordinárias nºs.: 070/**

15 de autoria do Poder Executivo/M 073 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$ 2.070.000,00 em favor da unidade orçamentária Defensoria Pública do Estado de Rondônia”; **089/15** de autoria do Poder Executivo/M 089 que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 2528, de 25 de julho de 2011, que cria a Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e a Pesquisa do Estado de Rondônia, nos termos do artigo 201 da Constituição Estadual”. O Senhor Secretário procedeu à leitura do Ato nº 009/2015-P/ALE que “Cancela a realização das Sessões Ordinárias e das Reuniões de Comissões dos dias 26 e 27 de maio de 2015”. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão extraordinária para em seguida, com a finalidade de apreciar o Veto Total nº 016/15. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Plenário das Deliberações às doze horas e oito minutos do dia vinte de maio do ano dois mil e quinze.

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª SESSÃO LEGISLATURA

PROJETO DE LEI DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - PP - Altera o parágrafo único do artigo 27, da Lei nº 1038, de 22 de janeiro de 2002.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, decreta:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 27, da Lei nº 1038, de 22 de janeiro de 2002, passa a ter a seguinte redação:

*“Art. 2º -
parágrafo único - A pesca do Pirarucu, vedada no artigo anterior, só será permitida em comunidades isoladas e atingidas pela construção das Hidroelétricas do Rio Madeira, se praticada de forma artesanal, com fins de subsistências e comercialização, uma vez obedecido o período proibido, observando o tamanho mínimo de captura estabelecido e os preceitos do artigo 13 desta lei”.*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Agricultura de subsistência é uma modalidade que tem como principal objetivo a produção de alimentos para garantir a sobrevivência do agricultor, da sua família e da comunidade em que está inserido, ou seja, ela visa suprir as necessidades alimentares das famílias rurais.

É aquela em que, basicamente, a plantação é feita geralmente em pequenas propriedades minifúndios, com pouco ou nenhum recurso tecnológico. Os instrumentos agrícolas mais

usados são: enxada, foice e arado. Raramente são utilizados tratores ou outro tipo de máquina. A finalidade principal é a sobrevivência do agricultor e de sua família.

Pouco o nada difere da agricultura familiar, naquela não há objetivo de lucro. Ou seja, conceptualmente, a agricultura de subsistência pode ser um tipo da agricultura familiar; mas a agricultura familiar ainda pode apresentar outras formas de produção. O contraponto da agricultura familiar é a agricultura patronal.

A agricultura de subsistência, por sua vez, pode conviver com outras formas de produção, como por exemplo nas grandes plantações do café no Brasil colonial muitas vezes os colonos praticavam esta forma de cultivo para a sua manutenção pessoal e familiar. No caso da Pesca de subsistência nessa modalidade de pesca é uma atividade difusa, praticada pelas populações ribeirinhas de toda Amazônia, sem local específico para desembarque. O elevado consumo de pescado, cerca de 550 g/per capita .dia na Amazônia Central fornece uma idéia da importância social dessa pescaria, que pode representar até 60% de todo o pescado capturado anualmente em nossa região. O apetrecho de pesca predominante é a malhadeira, em face da facilidade de uso por uma única pessoa e pela possibilidade de desenvolver outras atividades como a agricultura, enquanto a rede permanece armada. Explora uma grande diversidade de espécies, com predominância de espécies que habitam os lagos de várzea. A diversidade das capturas é maior nas épocas de seca e enchente, provavelmente devido a maior disponibilidade de *habitats* para os peixes que passam a explorar as matas alagadas, além da área aberto do lago. A profunda interação dos ribeirinhos com o ecossistema aquático amazônico é refletida no processo de exploração dos recursos pesqueiros, sendo possível identificar padrões sazonais em seu uso, na exploração de ambientes e na escolha dos apetrechos de pesca. Pois bem nobre Deputados,

Com o advento das Usinas em nosso Rio Madeira provocou o reassentamento de várias famílias dentre as quais as indígenas, pescadores e agricultores. O impacto tem causado problemas sociais, financeiros sendo que era da pesca que estas comunidades tiravam tanto o sustento de suas famílias bem como uma pequena renda que ajudava em muito as suas famílias no quesito sobrevivência. A instalação de Usinas por todo o mundo inclusive no Brasil causando grandes problemas sociais necessitando urgente providências do Poder Público no sentido de desenvolver políticas públicas alternativas que busquem a sobrevivência das referidas comunidades.

O pirarucu se mostra eficaz na sua forma reprodutiva, podendo gerar emprego e renda a milhares de profissionais que exploram esta atividade, logo a liberação desta atividade nas regiões atingidas pela construção das Hidroelétricas do Rio Madeira irá permitir que os cidadãos de forma associados, possam se registrar junto aos órgãos ambiental estadual competente, nos moldes do artigo 13 da referida lei ora alterada por este Parlamento.

O Parlamentar tem como meta essencial ser um representante da população junto ao Poder Executivo e conseqüentemente também no acompanhamento das ações propostas pelo mesmo, que como o próprio nome diz, é quem executa as ações, programas e projetos em benefício da coletividade.

Como vossas excelências podem muito bem anuir e é do conhecimento de todos essa tem sido uma grande necessidade em todo Estado de Rondônia. Para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares neste sentido.

Plenário das Deliberações, 28 de abril de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO DR. NEIDSON PT do B - Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópias aos órgãos competentes, a necessidade de Revitalização do Museu Histórico localizado no município de Guajará-Mirim.

O Deputado que a presente subscreve, ouvido o douto Plenário, na forma regimental, indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópias aos órgãos competentes a necessidade de Revitalização do Museu Histórico de Guajará-Mirim.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A presente indicação visa atender a população de Guajará-Mirim e região, com a necessidade de Revitalização do Museu Histórico Municipal, sediada defronte a antiga estação de passageiros da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM). Cumpre ressaltar neste diapasão, que o referido Museu foi fechado devido as fortes chuvas que sofreu em 2014, ocorrendo uma enchente que atingiu toda região central de Guajará-Mirim.

Constata-se que todo acervo pertencente ao museu na época foi retirado para evitar danos e posteriormente reaberto, mas mesmo com toda limpeza realizada no local, é visível a necessidade de alguns reparos, ademais, o mesmo serve de cartão de visita para todos que ali residem e transitam, alcançando um público alvo de aproximadamente seis mil pessoas por semana. Cristaliza-se também, que o Museu Municipal de Guajará-Mirim, é composto por animais da fauna local, algumas peças de artesanatos indígenas e africanas, bem como, pertences do primeiro Bispo Dom Francisco Xavier Rey entre outras peças de grande importância.

É salutar que o Museu de um Município se marca pela sua importância, eis que estão reunidos todo o acervo histórico-cultural de uma comunidade, são instituições vivas, ativas e servem como base para estudantes, pesquisadores e ao simples visitante, de modo que, torna real e concreto o passado, facilitando sua compreensão.

Assim sendo e com todo o supramencionado, solicitamos aos nobres Pares, especial atenção ao pleito, pedindo desde já a sua aprovação em plenário.

Plenário das Deliberações, 4 de maio de 2015.

Dep. Neidson de Barros Soares - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR - DEM - Indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade de patrolamento e cascalhamento de 19 KM da linha C-06 do marco 0 entre a linha 01 até o rio Rio Branco, no município de Buritis/RO.

Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade de patrolamento e cascalhamento de 19 KM da linha C06 do marco 0 entre a linha 01 até o rio Rio Branco, no município de Buritis/RO.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura se da pelo fato de que nesta referida Linha fica a divisa dos municípios de Buritis e Porto Velho-RO, e nenhum dos municípios dá a devida assistência aos moradores daquela região, existe nesta região aproximadamente 60 pequenos e médios produtores rurais, que estão perdendo a sua produção agrícola devido ao péssimo estado de conservação da referida linha, ficando os mesmos no total abandono.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Adelino Ângelo Follador - DEM

INDICAÇÃO DEPUTADO ALEX REDANO - SD - Indica ao Poder Executivo Estadual a Pavimentação, Recuperação e Manutenção de estrada rural que abrange os municípios de Theobroma e Ariquemes/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual junto ao Departamento de Estrada de Rodagem e Transportes - DER, que seja feito a pavimentação, recuperação e manutenção de estrada rural que abrange os municípios de Theobroma e Ariquemes, km 70 da RO 257.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Essa propositura se faz pelo fato de urgência atenção a escoação da produção de nossa piscicultura e pecuária no Vale do Jamari. A estrada rural que faz intermédio dos municípios Theobroma e Ariquemes se encontra em situação deplorável e inutilizável, sendo necessário a presença de tratores para desatolar veículos que trafegam neste trecho.

O principal problema que protagoniza esse fato é a questão de que essa estrada conhecida por km 70 da RO 257, que cruza o Rio Machadinho é responsável por escoar a produção da piscicultura que é considerada a segunda maior do Estado de Rondônia é uma carro chefe da economia do Vale do Jamari. A produção conta com a atividade de mais de 100 (cem) tanques de peixes e 200 hectares de lâmina d'água, mas está sendo prejudicada devido as más condições que se encontram a estrada, que se faz pela necessidade de transporte de insumos, como rações e ferramentas e a escoação de gado feito por pecuaristas da região, que contam com a produção anual de mais de 3000 (três mil) cabeças de gado.

Desfecho a indicação pedindo encarecidamente ao Governo do Estado que providencie junto ao DER, que seja feito a pavimentação e alocação de bueiros ao longo do trecho permitindo melhores condições de transporte para a região.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Alex Redano - SD

PROJETO DE LEI DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - PT do B - Fica estabelecido que as concessionárias de veículo automotor sediadas no Estado de Rondônia plantem uma árvore para cada veículo novo vendido e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º Torna obrigatória por parte das concessionárias de veículos automotores sediadas no Estado de Rondônia a plantação de uma árvore para cada veículo novo vendido.

Art. 2º As concessionárias de veículos automotores devem entregar a cada 3 (três) meses um relatório para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, com o número de vendas efetuadas no período, para que em seguida a Secretaria informe à empresa o tipo de árvore a ser adquirida e o local de plantio, de preferência áreas de preservação permanente que estejam degradadas.

Parágrafo único - Em caso de plantio em área pública, a manutenção deverá ficar a cargo do poder público competente.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por meio das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 4º Compete ao Poder Executivo, por meio dos seus órgãos competentes, as ações de divulgação e fiscalização, do cumprimento do que estabelece esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

O presente Projeto de Lei visa a diminuição dos danos causados ao meio ambiente, pelos gases poluentes emitidos por veículos automotores.

Os veículos, tais como carros, motos, caminhões, são os maiores responsáveis pela poluição do ar que respiramos, por este motivo, as concessionárias terão que prestar a sua contribuição ambiental, desenvolvendo programas de plantio de árvores no Estado, principalmente em áreas que necessitam ser recuperadas.

Esta ação, que já foi implantada em vários outros Estados, vai ajudar como medida compensatória pela emissão dos poluentes emitidos por veículos automotores.

Portanto, a presente propositura respeitará o Princípio do Poluidor-Pagador no qual consiste em o poluidor arcar com os custos da reparação do dano causado ao meio ambiente.

A Constituição Federal consagrou o direito ao meio ambiente equilibrado, conforme previsto no artigo 225 - "*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*".

Outro ponto importante, é a conscientização dos motoristas para que utilizem seus veículos de forma inteligente

e com bom senso, e conseqüentemente, ajudarem na contribuição para a preservação do meio ambiente.

Ante o exposto, aguardo o apoio dos nobres Pares para aprovação da iniciativa legislativa ora submetida à apreciação.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.

Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

REQUERIMENTO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO - PSD e DEPUTADA LÚCIA TEREZA - PP - Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de uma Sessão Solene para entrega de títulos honoríficos, no dia 12 de maio de 2015, às 10h.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de uma Sessão Solene para entrega de títulos honoríficos, no dia 12 de maio de 2015, às 10h, no Plenário desta Casa.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

A realização da Sessão Solene objeto deste requerimento, é para que seja feita a entrega de Títulos Honoríficos já aprovados por esta Casa.

Isto posto, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.

Dep. Hermínio Coelho - PSD

Dep. Lúcia Tereza - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO SÓ NA BENÇA - PMDB - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, que interceda junto a Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, sobre a necessidade de construção de um refeitório na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marechal Cordeiro de Farias, localizada no município de Pimenta Bueno/RO.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao senhor Governador do Estado de Rondônia, sobre a necessidade de construção de um refeitório na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marechal Cordeiro de Farias, localizada no município de Pimenta Bueno/RO

JUSTIFICATIVA

Nobres Deputados,

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Média Marechal Cordeiro de Farias, localizada na rua 21 de abril no bairro Apidia, município de Pimenta Bueno/RO.

Tal solicitação se faz necessário para melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos servidores daquela unidade escolar bem como no conforto aos alunos que utilizarão os espaços para fazerem suas refeições diárias, ocasionando conseqüentemente aos alunos e servidores satisfação e maior desempenho em suas atividades laborais.

Conto com o apoio dos nobres parlamentares e Governo do Estado na pessoa do nobre governador para atender a referida reivindicação.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.

Dep. Só na Bença - PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO SÓ NA BENÇA - PMDB - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, que interceda junto ao Departamento de Estradas de Rondagem - DER, sobre a necessidade de estadualizar a estrada velha do calcário e da linha 45 localizada no município de Pimenta Bueno/RO.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao senhor Governador do Estado de Rondônia, sobre a necessidade de estadualizar a estrada Velha do Calcário e da linha 45 localizada no município de Pimenta Bueno/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Deputados,

É necessário que o Governo assuma novamente a manutenção das referidas estradas, tendo em vista a falta de recursos e de maquinários do Poder Executivo Municipal.

Cabe ressaltar a grande importância das mesmas, para escoamento da produção de leite, grão, pecuária e hortifrutigranjeiros, favorecendo a cadeia produtiva do município, e principalmente dando melhores condições de trafegabilidade para produtores que buscam a usina de calcário.

Conto com o apoio dos nobres Parlamentares e Governo do Estado na pessoa do nobre Governador para atender a referida reivindicação.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.

Dep. Só na Bença - PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO CLEITON ROQUE - PSDB e DEPUTADO SÓ NA BENÇA - PSB - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária - SEAGRI, a necessidade de implantação imediata de uma Agência de Banco do Povo no município de São Felipe D'Oeste.

Os Parlamentares que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária - SEAGRI, a necessidade de implantação imediata de uma Agência de Banco do Povo no município de São Felipe D'Oeste.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Nobres Parlamentares,

O Banco do Povo completou 14 anos de atuação, consolidando sua marca como uma instituição voltada ao fomento socioeconômico no Estado de Rondônia, para estimular a inclusão produtiva da população empreendedora, principalmente dos pequenos negócios, que não tem acesso ao mercado convencional de crédito. A linha de crédito disponibilizada pelo Banco do Povo é um programa do Governo do Estado que visa fomentar e incentivar as atividades de micros e pequenos empreendedores, urbanos e rurais, que não possuem acesso ao crédito, por não corresponderem às exigências burocráticas impostas pelo sistema financeiro tradicional, concebido para gerar emprego e renda, contribuindo, por conseguinte, para a regularidade desses empreendimentos, dando-lhes o caráter de atividade formal.

São Felipe D'Oeste surgiu de uma invasão de terras na Fazenda São Felipe, na década de oitenta e após muitos conflitos ocorreu a desapropriação, através do Decreto nº 88.769, de 27 de setembro de 1983, assinado pelo Presidente da República João Batista Figueiredo, que declarou a área de interesse social. Em 22 de junho de 1994 foi criado o município de São Felipe D'Oeste, através da Lei nº 567, assinada pelo Governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do município de Pimenta Bueno. São Felipe D'Oeste fica a 436 km da Capital, tem uma renda per capita 10.812,17, seu IDH é de 0,694 e tem uma população de 6.018 habitantes segundo dados do IBGE/2010.

A presente indicação, visa atender as necessidades dos micros e pequenos empreendedores rurais e urbanos daquela região, com linhas de financiamentos, para contribuir para o acesso ao crédito às pessoas empreendedoras menos favorecidas ao sistema financeiro tradicional, dada a sua metodologia, tem uma grande capacidade de alcance as populações menos assistidas com crédito produtivo orientado. Ante ao exposto, peço aos nobres Pares, apoio para aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.

Dep. Cleiton Roque - PSB

Dep. Só na Bença - PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO - PT - Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia c/c ao Ilmo. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia - DER necessidade de recuperação de 22 km da rodovia RO-490, que liga o município de Rolim de Moura ao município de Alto Alegre do Parecis.

O Deputado que este subscreve, após cumprido os termos regimentais, indica ao Exmo Governador do Estado de Rondônia c/c ao Ilmo. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia - DER, da necessidade de recuperação de 22 km da rodovia RO-490, que liga o município de Rolim de Moura ao município de Alto Alegre do Parecis.

JUSTIFICATIVA

Esta indicação vem no intuito de tornar transitável a rodovia RO-490 que liga o município de Rolim de Moura ao distrito de Alto Alegre do Parecis. A precária condição daquela rodovia é

o que motiva essa indicação que, além de prejudicar o escoamento das produções, tem contribuído frequentemente no acontecimento de acidentes, inclusive com vítimas fatais. Estas são as justificativas dessa solicitação, o que contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa Legislativa.

Plenário das Deliberações, 29 de abril de 2015.

Dep. Lazinho da FETAGRO-PT

REQUERIMENTO COLETIVO – Requer à Mesa Diretora, que seja concedida MOÇÃO DE REPÚDIO a ação de força truculenta, desproporcional e violenta do Governo do Paraná/PSDB contra os professores em legítima manifestação, ocorrida na entrada da Assembleia Legislativa do Estado, na cidade de Curitiba/PR, cujo resultado de quase 200 feridos comprometeu a imagem do Poder Público local.

Os Deputados que a esta subscrevem, requerem à Mesa Diretora que seja aprovada a presente MOÇÃO DE REPÚDIO a ação truculenta do Governo do Paraná/PSDB exercida contra os professores, ocorrido no último dia 29 de abril, na cidade de Curitiba/PR, em frente à Casa de Leis daquele importante Estado da Federação.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

As cenas deprimentes transmitidas pelos canais de notícias referentes a greve dos professores contrários a proposta de Lei do Governador Beto Richa/PSDB, que alteraria o Regime Próprio de Previdência dos Servidores, ocorrida no dia 29/04, na Assembleia Legislativa do Paraná independentemente do mérito da matéria em tramitação, mostrou ser uma ação incompatível e inaceitável dentro do Estado democrático. A ação truculenta, violenta e repressiva da Polícia Militar do Paraná, cuja responsabilidade de comendo é exclusiva do Governo Beto Richa (PSDB), levou, não só o Paraná, mas todo o Brasil, de forma negativa, para as páginas de todos os grandes veículos de comunicação do mundo. A nação que se constrói hoje, com grandes desafios a serem superados, não pode ser colocada no patamar de uma republiqueta de bananas onde o direito legítimo do cidadão à organização e à manifestação não seja garantido por suas instituições democráticas, conforme preconiza a Constituição de 88. Governar é administrar, com sabedoria e generosidade, demandas, sonhos e conflitos sempre levando em conta o respeito ao exercício pleno de nossa cidadania. Ao aprovar a presente Moção de Repúdio, os Deputados e Deputadas do Estado de Rondônia solicitam, ao mesmo tempo, a imediata suspensão de todas as medidas de caráter coercitivo violento contra os trabalhadores do Paraná, a imediata abertura de negociações entre as partes e o afastamento dos responsáveis pelos comandos diretos de ataque e violência protagonizados contra os professores do Paraná. Os profissionais do magistério não são terroristas, não são bandidos, não são indigentes sociais. Trata-se da classe que constrói, no dia a dia, as bases

culturais e intelectuais de gerações melhores para um Brasil mais justo, solidário e fraterno.

Plenário das Deliberações, 30 de abril de 2015.
Dep. Lazinho da FETAGRO - PT
Dep. Ribamar Araújo - PT

INDICAÇÃO DEPUTADO ALEX REDANO – SD – Indica ao Poder Executivo Estadual a renovação da Lei que trata da isenção de ICMS sobre a industrialização de peixe produzido no Estado de Rondônia.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo que conceda a renovação da Lei de Isenção do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – incide sobre comercialização e industrialização de peixes criados em cativeiro no Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

A presente propositura se faz pela necessidade da renovação da Lei que permita a isenção da incidência do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS – sobre a comercialização e industrialização de peixes criados em cativeiro em nosso Estado.

Como preleciona a Constituição da República Federativa do Brasil em seu Art. 150 § 6, “*Qualquer Subsídio ou Isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá concedida mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, §2º, XII g.*”

Pedimos que a Lei Complementar supracitada se renove por mais um ano, haja vista que a produção excedeu as expectativas devido esse fomento, equiparando nosso Estado aos demais do Brasil no quesito concorrência, uma vez que antes dessa LC nossa Rondônia não possuía capacidade de produção satisfatória já que sem incentivos fiscais a sua produção se tornara muito cara.

Atualmente a LC que permite a isenção do ICMS sobre essas operações está próxima ao seu período de expiração, em vista disso, encarecidamente recomendamos ao Executivo Estadual que a renove por mais um ano, garantido esse incentivo a todos os nosso produtores e criadores, para que os mesmos possuam a capacidade de exercer a aquicultura de uma forma rentável e que produzam a quantidade satisfatória a nossa grande demanda.

Neste disposto, o incentivo a produção de pescado atrairá a Rondônia grandes investimentos para esse setor, impulsionando a sua produção de pescado atrairá a Rondônia grandes investimentos para esse setor, impulsionando a sua produção e acelerando o processo de oportunidade na nossa economia, como presenciamos a atuação de alguns Estados brasileiros, como o Mato Grosso. É de grande certeza a eficácia deste incentivo a esse setor produtivo, garantido ao povo

rondoniense uma maior chance de competitividade pareado as demais regiões do nosso País.

Plenário das Deliberações, 30 de abril de 2015.
Dep. Alex Redano - SD

REQUERIMENTO DEPUTADO LÉO MORAES – PTB – Requer à Mesa Diretora que seja aprovado Voto de Repúdio por parte desta Casa Legislativa contra o atentado realizado na madrugada do dia 3 de maio contra Juíza de Direito KEILA ALESSANDRA ROEDER ROCHA DE ALMEIDA e o Promotor de Justiça André Luiz Rocha de Almeida, no município de Pimenta Bueno/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, na forma regimental, que se seja aprovado Voto de Repúdio por parte desta Casa Legislativa contra o atentado realizado na madrugada do dia 03 de maio contra Juíza de Direito KEILA ALESSANDRA ROEDER ROCHA DE ALMEIDA e o Promotor de Justiça André Luiz Rocha de Almeida, no município de Pimenta Bueno/RO.

JUSTIFICATIVA

A Assembléia Legislativa não pode deixar de externar seu irrestrito apoio à Juíza de Direito Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida e ao promotor de justiça André Luiz Rocha de Almeida, bem como manifestar seu repúdio ao atentado covarde realizado na madrugada do dia 3 de maio do corrente, na residência do casal no município de Pimenta Bueno/RO.

O atentado contra Membros do Ministério Público e da Magistratura em razão do exercício das suas funções é especialmente preocupante, notadamente por se tratar de agentes políticos cuja atribuição precípua é dentre outras, a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis e a administração da justiça.

Mais do que um ataque a operadores do direito, está claramente evidenciado um atentado contra todo o sistema de Justiça e a Democracia. A violência endereçada a Membro do Ministério Público brasileiro e da Magistratura, seja por que causa for, é, antes de tudo, um atentado ao Estado Democrático de Direito, que deve merecer a repulsa de toda a sociedade.

Desta feita entendo que a Assembléia Legislativa de Rondônia, a CASA DO POVO, não pode deixar de externar sua profunda indignação, manifesta o seu mais veemente repúdio ao ato que culminou com o atentado contra a vida daqueles que no exercício de sua função defendem a JUSTIÇA e a DEMOCRACIA.

Diante da Relevância deste pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Léo Moraes – PTB

PROJETO DE LEI DEPUTADO JESUÍNO BOABAID – PT DO B – Dispõe sobre a proibição de fabricar, vender e comercializar armas de fogo de brinquedo, no Território do Estado de Rondônia e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Fica proibida a venda e fabricação de brinquedos, no território do Estado de Rondônia, que tenha qualquer similaridade de arma de fogo leve ou pesada.

Art. 2º As infrações às normas desta lei ficam sujeitas às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

I – advertência por escrito;

II – multa;

III – suspensão das atividades do estabelecimento por trinta dias;

IV – cassação da licença e encerramento das atividades do estabelecimento.

§ 1º A multa prevista no inciso será fixada em 1.000 (mil) Unidades Fiscais do Estado de Rondônia – UFIRs.

§ 2º A suspensão das atividades do estabelecimento por trinta dias, será aplicada quando o fornecedor reincidir nas infrações do artigo 1º desta lei.

§ 3º. Na hipótese de descumprimento da sanção de suspensão das atividades do estabelecimento por trinta dias, prevista no inciso III, será instaurado processo para cassação da eficácia da inscrição do fornecedor infrator no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Art. 3º A fiscalização para o fiel cumprimento desta lei será exercida pelos órgãos fiscalizadores, descritos na Constituição Federal, Estadual e demais normas vigentes.

Art. 4º O Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, ficarão responsáveis em realizar ampla campanha educativa nos meios de comunicação, para esclarecimento sobre os deveres, proibições e sanções impostas por esta lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

O objetivo deste Projeto de Lei é o controle da criminalidade, uma vez que a maioria dos assaltos são praticados com armas falsas.

A expectativa da propositura, é a não circulação de armas de brinquedo e a diminuição de roubos praticados no dia-a-dia por armas falsas utilizadas por bandidos, bem como também, resguardar o futuro das nossas crianças.

É importante ressaltar que as pistolas coloridas e de água, por exemplo, são difíceis de confundir com um armamento de verdade, todavia, não será mais permitida a comercialização. A explicação para a proibição é evitar a incitação ou apologia

ao crime, bem como também, impedir a banalização do uso da arma e a má influência na educação das nossas crianças.

Desta forma, não plausível que as crianças brinquem com um objeto que imita armas de verdade e muito menos que sirva como um item para coação e favorecimento de ilícitos, tendo em vista que vivemos uma época de anseios pela paz e a segurança de todos.

Essas medidas de proteção ao menor impúbere, tem por finalidade o desenvolvimento do caráter e da cidadania dos mesmos, objetivando um futuro promissor para as nossas crianças, uma vez que este tipo de brinquedo poderá influenciar de maneira negativa na formação pessoal das futuras gerações desta Nação.

A aparência desse tipo de brinquedo é inofensiva, contudo, o uso poderá aguçar a curiosidade por armas verdadeiras, sendo necessário agirmos com precaução para evitarmos a formação de futuros meliantes.

O art. 26 da Lei 10.826/03 que dispõe sobre o Estatuto do Desarmamento, já proíbe a fabricação, a venda e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo que com estas se possam confundir.

Porém, o legislador esqueceu dos aspectos pedagógicos relacionados com a banalização da arma, como se esta fosse permitida, aceita pela família e pela sociedade, e não um objeto altamente perigoso e destrutivo.

Sendo assim, é de fundamental importância que a proibição de fabricação, venda e a comercialização de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo seja estendida para qualquer tipo, não ficando limitada apenas àquelas capazes de serem confundidas com as armas de verdade.

Portanto, as armas de brinquedo poderão influenciar na educação das crianças, para que aprendam a serem agressivas e criem desde a infância a noção de criminalidade.

Hoje em dia, vivemos em uma sociedade violenta, o que torna necessário a elaboração de políticas de segurança pública, a prática de violência por crianças e adolescentes tem crescido consideravelmente.

Desta feita, a educação de nossas crianças é prioridade nas ações preventivas e nas elaborações de políticas públicas, tendo como perspectiva o futuro da nação.

Porém, não satisfatório apenas focarmos na educação dispensada pelas escolas, devendo existir um comprometimento mútuo entre o Estado, genitores e a comunidade em geral, para que os infantes tenham um futuro digno e promissor.

Assim, diante de todo o exposto, é que conto com apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.

Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DEPUTADA LÚCIA TEREZA - PP - Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia, ao Dr. Héverton Alves de Aguiar, Procurador do Ministério Público do Estado.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia, ao Dr. Héverton Alves de Aguiar, Procurador do Ministério Público do Estado, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Este Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo, homenagear o Dr. Héverton Alves de Aguiar, Procurador do Ministério Público de Rondônia.

O Dr. Héverton Alves de Aguiar formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Humana e Letras de Rondônia - FARO em 1993, onde por muitos anos foi professor de Direito Civil II e IV, lecionando também nas Faculdades São Lucas e UNIRON. É Pós Graduado em Direito Penal pela Universidade de Minas Gerais – UFMG, em convênio com a Fundação RIOMAR – UNIR.

Em 1994 tomou posse como Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público de Rondônia. Atuou nas Promotorias de Justiça de Ariquemes e Ouro Preto do Oeste até ser promovido para a Capital, em 1998.

Entre os cargos ocupados na Instituição estão o de Diretor do Centro de Controle Institucional da Corregedoria Geral de Justiça e diretor do Centro de Atividades Judiciais (CAEJ). Em janeiro de 2009, ocupou o cargo de Subprocurador Geral de Justiça e em maio do mesmo ano foi designado para exercer a função de Secretário Geral do MPRO. Foi também Diretor da Fundação Escola da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Rondônia (FESMP).

Como Promotor de Justiça foi condecorado, em dezembro de 2010, com a Comenda Mérito Marechal Rondon, no grau de Grande Oficial, entregue pelo então Governador do estado aos membros do Ministério Público, além de outras personalidades, como um gesto de reconhecimento à contribuição prestada a Rondônia, por ser pessoas que ajudaram no desenvolvimento do Estado nos mais diversos segmentos.

Em maio de 2011, Héverton Alves foi nomeado Procurador Geral de Justiça do Ministério Público de Rondônia para o biênio/ 2011 – 2013.

Foi homenageado pelo Corpo de Bombeiro Militar de Rondônia, em junho de 2011, sendo agraciado com a Medalha Dom Pedro II, como reconhecimento pelos notáveis serviços prestado a corporação.

À frente do Ministério Público, Héverton Alves Aguiar fez parcerias com Órgãos Públicos que compõem o Comitê Rondônia contra a Corrupção – CERCCO, na defesa do combate à corrupção no Estado de Rondônia, atuando em prol dos interesses da sociedade, com atitudes fortes e contundentes, que resultou em símbolo da “caça” aos corruptos do estado, resgatando, assim, o respeito da sociedade para com o Órgão. Em 2011, como Chefe do Ministério Público e com o apoio da Superintendência da Polícia Federal e Órgãos de fiscalização do Erário Público comandou a Operação Termópolis, que desmembrou uma organização criminosa estabelecida na

Administração Pública e especializada no desvio de recursos públicos.

Em 2012, por meio da Promotoria da Justiça de Alvorada do Oeste e do Centro de Atividades Extrajudicial e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – CAEX/ GAECO, deflagrou a Operação Olimpo e a Operação Vórtice, ambas para desarticular organizações criminosas na Administração Pública, no município de Alvorada do Oeste e no município de Porto Velho, respectivamente.

No ano de 2014, Dr. Héverton Alves de Aguiar. Foi reconduzido, à unanimidade, para presidir o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCO), que integra o Conselho Nacional de Procuradores – Gerais dos Estados e da União (CNPUG).

A recondução se deu em razão do excelente trabalho realizado à frente da presidência do GNCO desde 2012, destacada pelos Procuradores – Gerais de Justiça que compõem o Conselho Nacional de Procuradores Gerais – CNPG.

Pelo exposto, acreditamos que o homenageado é merecedor de receber o título ora proposto pelo seu desempenho e atuação em prol do desenvolvimento do Estado de Rondônia, para tanto solicitamos o apoio e o voto dos nobres Parlamentares na aprovação deste Projeto.

Plenário das Deliberações, 4 de maio de 2015.

Dep. Lúcia Tereza – PP

INDICAÇÃO DEPUTADO ALEX REDONDO - SD - Indica ao Poder Executivo Estadual a distribuição de Academias para a terceira idade nos distritos de Três Coqueiros, Rio Branco e Vila União.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica na forma regimental, ao Poder executivo Estadual junto a Secretaria Estadual de Assistência Social - SEAS, que seja feito a distribuição de Academias para a terceira idade nos distritos de Três Coqueiros, Rio Branco e Vila União.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Essa proposição se faz necessário devido a necessidade dos nossos cidadãos que já lutaram e ofereceram muito ao nosso Estado, e hoje se encontram na terceira idade. Cansados e exaustos de suas batalhas os nossos idosos merecem de acompanhamento e qualidade de vida especiais, que os auxiliem a enfrentar essa nova jornada da vida com saúde e força, força esta que utilizaram para engrandecer o nosso Estado e contribuir para o crescimento do nosso Território.

A qualidade de vida que cuja indicação eu ora proponho só pode ser ampliada com a utilização de academias ao ar livre, com aparelhos que permitam um melhor condicionamento para nossos idosos, diminuindo consideravelmente os riscos de acidentes por atrofia muscular e retardando os efeitos do envelhecimento, e proporcionando à todos um lugar de lazer e bem estar.

Torno a indicar ao Executivo Estadual junto à Secretaria Estadual de Assistência Social – SEAS, que providencie o quanto

antes 4 (quatro) Academias nos Distritos supracitados, atendendo a demanda local que tanto carece de atenção.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Alex Redondo – SD

REQUERIMENTO DEPUTADO CLEITON ROQUE - PSB -Requer à Mesa Diretora o adiamento da Audiência Pública que seria realizada no dia 7 de maio de 2015, às 15h, para o dia 20 de maio no mesmo horário, com o objetivo de discutir sobre o Estatuto do Artesão (Lei nº 3.926/2004), que define a profissão de Artesão e da unidade produtiva artesanal.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer à Mesa Diretora o adiamento da Audiência Pública que seria realizada no dia 7 de maio de 2015, às 15h, para o dia 20 de maio no mesmo horário, com o objetivo de discutir sobre o Estatuto do Artesão (Lei nº 3.926/2004), que define a profissão de artesão e a unidade artesanal.

JUSTIFICATIVA

Nobres Deputadas e Deputados,

Apresentamos mais uma vez, requerimento para adiamento da Audiência Pública, que tem por objetivo discutir sobre o Estatuto do Artesão (Lei nº 3.926/2004), que define a profissão de Artesão e a unidade produtiva artesanal.

Como vossas excelências bem sabem, a correria do dia a dia trazem situações que mudam nossas vidas de uma hora para outra, e devido a situações assim, que fogem do nosso alcance, mais uma vez está sendo necessário o adiamento, tendo em vista a surgimento de conflito de datas nas agendas dos palestrantes convidados.

Assim sendo, pedimos o apoio e o voto de Vossas Excelências para aprovação de nosso requerimento.

Plenário das Deliberações, 27 de abril de 2015.
Dep. Cleiton Roque – PSB

INDICAÇÃO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - PP - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, sobre a necessidade de viabilizar junto ao DER, sobre a possibilidade da realização de patrolamento e cascalhamento da Linha C-14 e C-18 do PA. Santa Helena, no município de Buritis.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao senhor Governador do Estado, no sentido de viabilizar junto ao DER, a possibilidade de patrolamento e cascalhamento da Linha C-14 e C-18 do PA – Santa Helena, no município de Buritis.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O Parlamentar que o presente subscreve, faz indicação a pedido do vereador Adai José Borges de Castro Sorriso - PMDB, do município de Buritis, a possibilidade de realizar trabalhos na realização de patrolamento cascalhamento nas Linhas supra mencionado, pois vem sendo intransitáveis o

deslocamento das Cidadãos e Cidadãs que lá residem e fazem parte da “ Agricultura Familiar” e todo o escoamento de seus Produtos Agrícolas e comércio, fazem o percurso nas referidas Linha rurais e, até mesmo a Condução do Ônibus escolar, inviabilizando o acesso à Escola pelos alunos, professores e pessoal de apoio.

Sendo Assim, com a possibilidade de Estradas em boas condições no PA. Santa Helena, trará melhorias no tráfego de veículos na sua mobilidade e logística de transportes, beneficiando todas as famílias e moradores, que dependem exclusivamente do Poder Público.

Plenário das Deliberações, 28 de abril de 2015.
Dep. Maurão de Carvalho – PP

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO – PT e ADELINO FOLLADOR – DEM - Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia a Dom Moacyr Grechi.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia a Dom Moacyr Grechi, pelos relevantes serviços prestados ao Estado.

Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Este Projeto tem o objetivo de prestar uma homenagem justa a alguém que dedicou parte de sua vida e de seu trabalho ao nosso Estado, Dom Moacyr Grechi.

Dom Moacyr Grechi nasceu na cidade Turvo, no Estado de Santa Catarina em 19 de janeiro de 1936, filho do casal senhor Univalde Grechi e Eufemia Pesacador Grechi.

Seus estudos foram realizados no Seminário Central do Ipiranga da Arquidiocese de São Paulo e Seminário das Missões de São José dos Campos. Revalidação e Licenciatura em Filosofia na Faculdade de Mogi das Cruzes. Licenciatura Plena em Teologia na Faculdade Teológica *Marianum* e Roma, onde também se especializou em Mariologia.

Fez sua profissão religiosa em 1958 em Roma, na Itália. Foi nomeado para o Episcopado em 17 de julho de 1972, em Rio Branco no Acre, e ordenado Bispo em 21 de outubro de 1973 ainda no Estado do Acre. Foi nomeado Arcebispo de Porto Velho em de julho de 1998, onde permaneceu por 13 anos.

Alguns dos projetos e ações desenvolvidas em nosso Estado por Dom Moacyr merecem destaque: criação da Faculdade Católica de Rondônia, do Tribunal Eclesiástico, da Comissão Justiça e Paz; ampliação da Rádio Caiari e Rede Vida de Televisão, criação de novas paróquias e construção de igrejas, dentre as quais do Santuário Arquidiocesano Nossa Senhora Aparecida.

Ante o exposto, pelos relevantes serviços prestados ao Estado, tornando-se merecedor desta tão honrosa homenagem é que pedimos aos nobres Pares o apoio para a aprovação desta proposutura.

Plenário das Deliberações, 29 de abril de 2015 .
Dep. Ribamar Araújo – PT
Dep. Adelino Follador – DEM

INDICAÇÃO DEPUTADA LUCIA TERESA - PP - Indica ao Ilustríssimo Senhor Governador do Estado, através da Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado de Rondônia - DETIC – sobre a necessidade de funcionamento da Torre Celular do Distrito de Flor da Serra (14 de abril) no município de Espigão do Oeste/RO.

A Parlamentar que abaixo subscreve, indica na forma regimental, seja a presente indicação encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, através da Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado de Rondônia - DETIC, sobre a necessidade de funcionamento da Torre Celular do Distrito de Flor da Serra (14 de Abril) no município de Espigão do Oeste/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Tal medida se justifica tendo em vista que a Torre de telefonia móvel encontra-se já instalada na comunidade, faltando os equipamentos para o seu devido funcionamento. Levando em consideração que a mobilidade da telefonia tem sido fundamental pela ampla utilização, urge, portanto, o funcionamento da torre para possibilitar a comunidade dos moradores locais, especialmente nos casos de emergência, vindo a facilitar ainda mais a vida dos moradores do Distrito.

Por isso, atendendo ao pedido dos moradores, solicitamos o apoio de Vossa Excelência junto ao setor responsável para agilizar a consecução do serviço que, sem dúvida alguma, será de grande valia para população local.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Lucia Tereza - PP

REQUERIMENTO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL – PV – Requer à Mesa Diretora o adiamento da Audiência Pública que seria realizada no dia 21 de maio de 2015, às 9h, para o dia 19 de junho, às 15h, no município de Vilhena, com o objetivo de debater sobre o Sistema de Segurança Pública do Estado de Rondônia.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer à Mesa Diretora, o adiamento da Audiência Pública que seria realizada no dia 21 de maio de 2015, às 9h, para o dia 19 de junho, às 15h no município de Vilhena, com o objetivo de debater sobre o Sistema de Segurança Pública do Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O presente requerimento tem por finalidade a solicitação de adiamento da Audiência Pública, que tem por objetivo o debate sobre o Sistema de Segurança Pública do Estado de Rondônia para a data já definida questão de ajuste de agenda. Pelo exposto, pedimos o apoio e o voto de Vossas Excelências para a aprovação desta proposutura.

Plenário das Deliberações, 28 de abril de 2015.
Dep. Luizinho Goebel - PV

INDICAÇÃO DEPUTADO LAERTE GOMES - PEN - Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade de recuperação asfáltica urgente da BR – 364 até o distrito de Estrela de Rondônia.

O parlamentar que a presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual a necessidade de recuperação asfáltica urgente da BR – 364 até o Distrito de Estrela de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Com a presente proposutura estaremos atendendo a solicitação da produção residente no local, que necessitam de melhores condições de tráfego e descolamento para suprir as necessidades sociais, saúde, educação, lazer e esporte, principalmente o escoamento dos produtos agrícolas produzidos por pequenos produtores daquela região. As péssimas condições nesse trecho impedido o desenvolvimento econômico-financeiro do município.

Plenário das Deliberações, 29 de abril de 2015.
Dep. Laerte Gomes - PEN

INDICAÇÃO DEPUTADO LAERTE GOMES - PEN – Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade de Criar o Núcleo de Ensino da SEDUC no município de São Miguel do Guaporé.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual a necessidade de Criar o Núcleo de Ensino da SEDUC no município de São Miguel do Guaporé-RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Com a presente proposutura estaremos fornecendo melhor estrutura de trabalho para os servidores de São Miguel, criando uma sinergia entre os programas e projetos da SEDUC proporcionado a qualidade no atendimento aos munícipes. O futuro espaço deve servir para proporcionar maior comodidade ao cidadão, que suporta a demora em suas solicitações.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Laerte Gomes - PEN

INDICAÇÃO DEPUTADO LAERTE GOMES - PEN - Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade de Instalar a Secretaria da SEDAM no município de São Miguel do Guaporé-RO.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual a necessidade de instalar a Secretaria da SEDAM, no município de São Miguel do Guaporé-RO, no prédio da SEDAM existente no local.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Com a presente proposição estaremos proporcionando maior comodidade ao cidadão de São Miguel do Guaporé, que atualmente precisa de descolar até Rolim de Moura ou Ji-Paraná para conseguir uma licença ou qualquer documento proveniente da SEDAM. Vale ressaltar que a instalação da SEDAM será de grande valia para o produtor rural, principalmente para documentar suas propriedades e até buscar financiamentos visando o aumento dos lucros e o desenvolvimento da economia local.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.

Dep. Laerte Gomes - PEN

INDICAÇÃO DEPUTADO LAERTE GOMES - PEN - Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade da estadualização da Linha 634 no município de Jaru-RO.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual a necessidade de estadualizar a Linha 634 no município de Jaru-RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Nossa proposição tem a finalidade de atender a reivindicação dos produtores rurais daquela região, através da solicitação do Vereador Antônia Pereira Cabral. Tal proposição se faz necessária para melhorar a trafegabilidade daqueles que dependem dessa Linha para escoar seus produtos. Com a estadualização o Governo do Estado passará a administrá-la, promovendo a conservação e manutenção dessa estrada, garantindo assim a segurança de todos que dependem dessa vicinal.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.

Dep. Laerte Gomes - PEN

INDICAÇÃO DEPUTADO LAERTE GOMES - PEN – Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade de recuperação, patrolamento e cascalhamento da Linha 52 que dá acesso à Reserva Extrativista do Rio Cautário, em Costa Marques-RO.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual a necessidade de recuperação, aterro e drenagem pluvial na Linha 52 que dá

acesso à Reserva Extrativista do Rio Cautário, em Costa Marques-RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Atualmente a Linha 52 que dá acesso à Reserva Extrativista Rio Cautário, se encontra com aproximadamente 6km submerso devido às constantes chuvas que acometem aquela região. Residem nessa área 100 famílias que estão isoladas e as crianças estão sem aula há 40 dias, acarretando prejuízo ao ano. Com esta proposição atendendo a solicitação da Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé-Aguapé e de toda a população residente no local, que sofrem e necessitam de melhoras condições de tráfego e deslocamento.

Plenário das Deliberações, 29 de abril de 2015.

Dep. Laerte Gomes – PEN

INDICAÇÃO DEPUTADO LAERTE GOMES - PEN - Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade de recapeamento asfáltico, urbano, 10 km, bem como a pavimentação de 5km de Ruas e Avenidas do município de Alvorada do Oeste-RO. O Parlamentar que a presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual a necessidade de recapeamento asfáltico, urbano, bem como a pavimentação de 05km de Ruas e Avenidas do município de Alvorada do Oeste-RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Em virtude do inverno amazônico em Rondônia, a população do município de Alvorada do Oeste vem sofrendo com as péssimas condições das ruas e avenidas do perímetro urbano. Convém destacar que a demanda por recapeamento asfáltico e demais obras de conservação urbana tornam-se maior e necessária, e por esta razão, não nos resta alternativas senão recorrer no sentido de requerer apoio para Alvorada do Oeste. O Município tem efetuado constates reparos, porém as máquinas disponíveis, bem como os recursos financeiros não tem sido suficientes para atender as atuais demandas. Daí justifica-se a proposição desta Indicação.

Plenário das Deliberações, 29 de abril de 2015.

Dep. Laerte Gomes - PEN

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA – Suspende a execução das Leis nº 2.386, de 28 de dezembro de 2010, e nº 2.515, de 11 de julho de 2011.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art.1º Ficam suspensas, nos termos do inciso XX do artigo 29 da Constituição Estadual, a execução das Leis nº 2.386, de 28

de dezembro de 2010, e nº 2.515, de 11 de julho de 2011, por ter a norma originária sido declarada inconstitucional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.

Comissão de Constituição e Justiça

INDICAÇÃO DEPUTADA ROSANGELA DONADOM - PMDB - Indica ao Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Estado da Educação, construção em alvenaria na Escola Marizete Mendes de Oliveira.

A Deputada que subscreve a presente indicação, na forma regimental, indica ao Poder Executivo de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado da Educação, a construção em alvenaria de um corredor coberto de acesso à quadra poliesportiva na Escola Marizete Mendes de Oliveira, conforme especificações técnicas que são anexadas.

JUSTIFICATIVA

A Escola Marizete Mendes de Oliveira, localizada na rua Domingos Linhares, nº 450, centro de Vilhena, carece de uma cobertura na parte de entrada da escola, bem como o acesso a quadra esportiva.

A escola atende 414 (quatrocentos e catorze) alunos do 1º a 5º ano precisando facilitar o acesso das mesmas quando

chegam e também ao sair da escola. Esta já é uma reivindicação de muitos anos de chuva, o que próprios pais dos alunos, pois não há cobertura adequada para os pais deixarem seus filhos em dias de chuva, o que causa um grande transtorno a todos da escola, pois muitas vezes os pais precisam sair correndo com os filhos expostos a chuva. E também em dias quentes os pais deixam seus filhos na escola sem proteção alguma do portão até as outras dependências da escola.

Quanto ao acesso à quadra nos dias de chuva, ocorrer que, ou os alunos não podem ir à quadra para a aula de educação física, ou ficam presos lá, sem terem como retornar à sala de aula, já que as salas ficam a uma distância razoável da quadra de esportes, o que gera um desconforto a todos, levando os pais a fazerem constantes reclamações sobre este acesso descoberto.

A construção de cobertura nestes dois espaços da escola será de grande valia para atender uma reivindicação de toda comunidade escolar, possibilitando receber bem os nossos alunos tanto em dias chuvosos, quanto em dias de calor, proporcionando o acesso a todos os setores da escola de maneira segura e protegida.

O valor estimado da obra é de R\$73.430,00 (setenta e três mil, quatrocentos e trinta reais).

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.

Dep. Rosangela Donadom - PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO CLEITON ROQUE - PSB - Indica ao excelentíssimo senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia a Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos - SEAE, a necessidade de implantação de serviço de telefonia móvel nos distritos abaixo relacionados.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia a Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos - SEAE a necessidade de implantação de serviço de telefonia móvel nos distritos abaixo relacionados:

Município

Porto Velho
Porto Velho
Porto Velho
Porto Velho
Porto Velho
Porto Velho
Candeias do Jamari
Espigão D'Oeste
Pimenta Bueno

Distrito

Calama
Extrema de Rondônia
Nova Califórnia
Rio Pardo
União Bandeirantes
Vista Alegre do Abunã
Triunfo
Boa Vista do Pacaraná
Marco Rondon

Coordenadas

8°1'42.33"S62°52'30.57"O
9°46'23.93"S66°21'29.73"O
9°45'14.83"S66°36'47.18"O
9°37'51.53"S63°57'58.96"O
9°42'21.32"S64°31'46.27"O
9°39'23.17"S65°44'10.54"O
9°16'49.09"S63°28'1.76"O
11°0'17.12"S60°50'46.85"O
60°50'46.85"O

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Nobres Parlamentares,

A presente indicação, visa solicitar ao Governador do Estado a implantação de serviço de telefonia móvel para atender os Distritos acima relacionados. Vivemos em uma era em que o acesso aos meios de comunicação é fundamental na vida de qualquer cidadão, então é admissível que os moradores dessas localidades vivam isolados do restante do Estado. O telefone móvel incrementa os serviços e o comércio, estreita as relações e dá celeridade a trâmites. A telefonia móvel representa desenvolvimento, autonomia e facilidade da comunicação, tornado-se vital, principalmente em situações emergenciais. O telefone móvel incrementa os serviços e o comércio, estreita as relações e dá celeridade a trâmites.

Ante o exposto, peço aos nobres pares, apoio para aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.

Dep. Cleiton Roque - PSB

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº2275/2015-SRH/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

RELOTAR:

A servidora **REGINA CÉLIA DE ALMEIDA EL RAFIHI**, cadastro nº 1000002676, cargo de Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Gabinete do Deputado Ribamar Araújo, a partir de 11 de maio de 2015.

Porto Velho, 19 de maio de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº2282/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

CONCEDER:

Afastamento remunerado a servidora **SILENE GALDINO LEITE DOS REIS**, matrícula nº 100010538, Cargo de Taquígrafo I, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, lotada na Divisão de Taquigrafia, até a homologação de sua Aposentadoria nos termos do Art.13, da Lei Complementar nº 1068 e Processo nº4388/2015-45.

Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Porto Velho, 19 de maio de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

E R R A T A

No Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa nº 082, capa, publicado no dia 21 de maio de 2015, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº1902/2015-SRH/P/ALE, da alteração da servidora **BARBARA DALILA NISZCRAK**.

ONDE SE LÊ:

ATO Nº 1902/2015-SRH/P/ALE

LEIA-SE:

ATO Nº 1901/2015-SRH/P/ALE

Porto Velho-RO, 22 de maio de 2015.

CLEUCINEIDE DE OLIVEIRA SANTANA
Superintendente - SRH/ALE/RO